

**Nº14 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 12 de julho
de 2018. -----**

No dia doze do mês de julho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos e comigo, Paulo Jorge Ferreira da Silva, Técnico Superior, em regime de mobilidade. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de nove de julho de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----

Foi designado, secretário da reunião, o Técnico Superior, em regime de mobilidade, Paulo Jorge Ferreira da Silva, na ausência do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, por o mesmo se encontrar em no gozo do seu período de férias.-

II - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, que inclui reunião de direção e do Grupo Parlamentar de manhã e plenário com votações de tarde. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHORA ENG. PAULA FERNANDA DA MOTA CHAVES. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Eng. Paula Fernanda da Mota Chaves, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

IV - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

O Presidente da Câmara deu início à reunião, tendo começado por dar

conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Alto Tâmega 2030 "Elementos Chave para a estratégia 2030" - Foi realizado, no pretérito dia 29 de junho último, no Auditório do Forte de São Francisco, a apresentação pública dos elementos chave para a estratégia 2030, no âmbito da CIM do Alto Tâmega. -----

Tal iniciativa contou, com as presenças do Presidente da CCDR-N, do Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Portuguesa de Inovação, dos Autarcas do Alto Tâmega Empresários e Associações do Alto Tâmega, e teve como principal objetivo a discussão/reflexão conjunta do alinhamento estratégico para o Alto Tâmega. -----

b) Circuito dos "TUC" para as Piscinas do Rebentão - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota que o Município de Chaves, assegura desde o pretérito dia 01 de julho, o transporte de utentes, para as piscinas da "Quinta do Rebentão", tendo sido criado para o efeito o "Circuito para as Piscinas da Quinta do Rebentão", com três horários, e preços idênticos aos praticados aos demais circuitos existentes. -----

c) Encerramento de camas no Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota da subscrição conjunta, no pretérito dia 06 de julho, de um comunicado, pelos Municípios de Chaves, Lamego e Vila Real, relativamente ao encerramento de camas no Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro, decorrentes da entrada em vigor do período de trabalho de 35 horas. -----

Estando o mesmo a provocar a diminuição de capacidade de resposta, do referido Centro Hospitalar, em algumas áreas de intervenção, criando alguns constrangimentos que se refletem nos serviços prestados às populações. -----

Neste contexto, foram desenvolvidas diligências junto do Ministério da Saúde, em vista a garantia do normal funcionamento dos serviços prestados à população. -----

d) Grupo Desportivo de Chaves - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, felicitou o Grupo Desportivo de Chaves, pela conquista do prémio Fair play 2017/2018 da 1ª Liga de Futebol Profissional. -----

e) Comemorações do Dia da Cidade - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota da forma como decorreram as atividades agendadas para o Dia da Cidade, não se tendo registado qualquer problema. -----

f) Escola Superior de Enfermagem de Chaves - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota da assinatura, no pretérito dia 08 de julho, do contrato promessa de cedência das instalações da Escola Superior de Enfermagem, Dr. José Timóteo Montalvão Machado, entre a Associação Promotora para o Ensino de Enfermagem em Chaves e a Cruz Vermelha Portuguesa. -----

g) Torneio Internacional de Karaté - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara felicitou o atleta flaviense, do Karaté Clube Alto Tâmega, Ricardo Dias, pela conquista da medalha de prata, no Torneio Internacional K1 Youth League - UMAG 2018, realizado na Croácia. -----

h) Grande Prémio Nacional 2 - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota da realização da prova nacional de ciclismo "Grande Prémio Nacional 2", prova que se realiza entre o próximo dia 18 de julho e 22 de julho, com partida em Chaves e chegada em Faro. ----- Tal iniciativa é promovida pela "Associação de Municípios da Rota da estrada Nacional 2", da qual o Município de Chaves é associado, e conta com o apoio da "TVI". -----

A prova tem a duração de 5 dias, com cobertura televisiva assegurada, fomentado a promoção e valorização do território. -----

V - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: ----
 "O Centro Hospitalar revelou, na semana passada, que no hospital de Vila Real encerram 30 camas nas áreas da Medicina, Cirurgia e Mulher/Criança, em Lamego fecham seis em Cirurgia e Medicina e, em Chaves, encerram 12 na Medicina, uma medida de disse ser provisória e estar relacionada com a entrada em vigor do período normal de trabalho para as 35 horas. -----

O conselho de administração do CHTMAD, referiu que, para acomodar as 35 horas de trabalho, o centro hospitalar necessita de "159 profissionais de saúde", mas que "só teve autorização para contratar 59 destes profissionais". -----

Quais as diligências que o Sr. Presidente da Câmara fez relativamente a esta tão importante questão?" -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Sobre esta matéria, foi feita uma abordagem conjunta dos Autarcas, onde se localizam as unidades que integram o Centro Hospitalar, ou seja, Chaves, Vila Real e Lamego, no sentido de definir uma estratégia de atuação conjunta face a esta notícia e aos impactos negativos da mesma, nos serviços de saúde prestados as populações. -----

2- Neste contexto, foi elaborado um comunicado conjunto, no pretérito dia 06 de julho, subscrito pelos Municípios de Chaves, Lamego e Vila Real, relativamente ao encerramento de camas no Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro, decorrentes da entrada em vigor do período de trabalho de 35 horas. -----

3 - Do teor do referido comunicado, os Municípios, congratulam-se, pela implementação do horário de trabalho - 35 horas - estabelecendo-se assim igualdade entre todos os trabalhadores que prestam serviço no Centro Hospitalar, independentemente do vínculo que possuam. ----
 Seguidamente, manifestam preocupação, por não ter sido devidamente acautelado, o impacto negativo, da medida supra referida, e que já era conhecida, e as suas consequências nos serviços de saúde prestados às populações. -----

Foram, também, encetadas diligências, junto do Conselho de Administração e do Ministério da Saúde, no sentido de serem adotadas medidas, que de forma imediata contivessem os efeitos negativos desta decisão. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: -----

Sr. Presidente, entendemos que a Cruz Vermelha Portuguesa é um parceiro privilegiado e reúne todas as condições, Know out e conhecimento para desenvolver o projeto Escola Superior de Saúde. -----

Gostaria, no entanto, que o Sr. Presidente pudesse prestar a esta Câmara todos os esclarecimentos necessários sobre o acordo de cedência e clausulado na medida que é do nosso total desconhecimento. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - O processo de cedência das instalações da Escola Superior de Enfermagem, Dr. José Timóteo Montalvão Machado, foi um dossiê iniciado pela Associação Promotora para o Ensino de Enfermagem em Chaves, das quais fazem parte os seis Municípios do Alto Tâmega e quatro misericórdias (Chaves, Boticas, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena). -----

2 - Nesse contexto, foi definido da necessidade de encontrar um parceiro estratégico e de referência que oferecesse uma perspetiva de sustentabilidade quer pedagógica quer económico-financeira e desse continuidade a atividade do Ensino Superior de Enfermagem em Chaves.-

3 - Neste sentido, foi possível identificar um parceiro, credível, que tem um projeto relevante no ensino superior, que já dispõe de duas escolas de Ensino Superior de Saúde, e está interessado na criação de uma Rede Nacional de Escolas de Ensino Superior de Saúde. -----

Também possui uma visão estratégica para a Escola Superior de Enfermagem, Dr. José Timóteo Montalvão Machado, onde a mesma pode a curto/médio prazo beneficiar de uma característica/singularidade, de poder ensinar em castelhano e português, atraindo assim alunos destes dois países (Portugal e Espanha), formando-os e habilitando-os a exercer as suas funções nesses territórios, dando-lhe, assim à Escola Superior de Enfermagem, uma vocação Ibérica. -----

4 - Assim, esta parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, é uma solução interessante, uma solução que tem futuro, e que tem uma visão estratégica para o Ensino e pode vir a concretizar de forma definitiva o Ensino Superior privado, no Concelho de Chaves. -----

5 - A Associação vai transferir de forma definitiva todo o ativo e passivo para a Cruz Vermelha Portuguesa, incluindo também todos os recursos humanos que tenha vínculo definitivo com a Escola. -----

6 - Será ainda realizada no dia de hoje, uma reunião de trabalho entre os representantes da Cruz Vermelha Portuguesa e o pessoal docente e não docente e direção da escola de enfermagem, no sentido de lhes ser explicado o projeto que se pretende desenvolver nos próximos anos. --

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 28 de junho de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. PROTOCOLOS DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP). - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS FLAVIENSES. - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SALVAÇÃO PÚBLICA. PROPOSTA Nº 52/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento Legal: -----

1 - Considerando que, nos termos do artº17º do DL nº247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo DL 248/2012, de 21 de novembro, podem, nos municípios em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas Associações Humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida por Portaria nº 1358/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº75/2011, de 15 de fevereiro. -----

2 - No âmbito do objetivo "Melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro", prevê-se a melhoria e eficiência da proteção civil e das condições de prevenção e socorro a acidentes e catástrofes, mediante a valorização das associações e dos corpos de bombeiros voluntários, reforçando os incentivos ao voluntariado, ao apoio ao funcionamento e equipamento e do pleno aproveitamento das capacidades operacionais e de comando. -----

3 - Considerando ainda que, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 157-A/2017, de 27 de outubro, veio a consagrar-se um conjunto de medidas tendentes a uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais e que se estendem a outras áreas de proteção e socorro, resultando, por conseguinte, uma valorização da profissionalização dos operacionais, desenvolvendo as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), em parceria com os municípios e com as Associações humanitárias de bombeiros, por forma a garantir uma pronta e eficaz resposta às ocorrências que envolvam intervenções de socorro às populações e proteção dos seus bens. -----

II - Proposta em sentido estrito: -----

1 - Face aos considerandos atrás expostos, **vieram a ser celebrados dois protocolos entre a Autoridade Nacional de proteção Civil (ANPC), o Município de Chaves e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública de Chaves, e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses**, tendo em vista a regulação das condições de contratação, funcionamento e manutenção, pelas respetivas Associações de Bombeiros, dos elementos que irão integrar as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), ao abrigo das disposições previstas na Portaria nº1358/2007, de 15/10, alterada pela Portaria nº75/2011, de 15/02. -----

2 - O clausulado dos referidos Protocolos, consagra, para além do modo de funcionamento, da forma de constituição da relação jurídica de emprego - contrato individual de trabalho -, do método de avaliação, dos direitos dos elementos da equipa, ainda, um conjunto de obrigações afetas aos outorgantes quanto à assunção das despesas inerentes ao funcionamento das EIP's, cabendo, ao Município de Chaves e à ANPC, a comparticipação, em partes iguais, dos custos decorrentes da remuneração dos elementos da EIP, mensalmente e a título de subsídio, por cada elemento contratado e correspondente ao valor de tal remuneração, bem como demais encargos com seguros e segurança social.

3 - Por conseguinte, solicita-se autorização para a realização da despesa, a transferir mensalmente, para a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública**, de acordo com os seguintes montantes

e regalias, iguais para ambas as associações e a título de subsídio mensal: -----

- Remuneração base mensal: 617,40€/homem; -----
- Subsídio de refeição por cada dia de prestação de serviço efetivo: 4,77€/homem/dia -----
- Subsídio de férias e Natal, em junho e novembro, de acordo com legislação em vigor; -----
- Suplemento mensal sobre o valor de remuneração base mensal, de 25%, a atribuir ao elemento que exerça funções de chefia da EIP; -----
- Encargos com Segurança Social; -----
- Encargos com Seguros. -----

3.1. - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavenses: --
- 4 bombeiros + 1 bombeiro a exercer funções de chefia da EIP -----

a) remuneração base = 3.087,00€ + 154,35€ (subsídio de chefia) = 3.241,35€/mês -----

b) subsídio de refeição = 481,00/mês, a título de subsídio de refeição;

c) Encargos Segurança Social = 722,82€/mês; -----

d) Encargos com Seguro = 87,30€/mês. -----

Total mensal AHBF = 4.532,47€ (o subsídio de refeição foi apurado base/22 dias). -----

Total da despesa global 2018 (8 meses) = 36.259,76€ -----

Total mensal afeta ao município= 2.266,24€ (50% dos respetivos encargos); -----

Total despesa 2018 (8 meses) - componente do Município de Chaves = até 18.129,88€ (50% dos respetivos encargos); -----

3.2 - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública: -----

- 4 bombeiros + 1 bombeiro a exercer funções de chefia da EIP -----

a) remuneração base = 3.087,00€ + 154,35€ (subsídio de chefia) = 3.241,35€/mês -----

b) subsídio de refeição = 481,00/mês, a título de subsídio de refeição;

c) Encargos Segurança Social = 722,82€/mês -----

d) Encargos com Seguro = 87,30€/mês -----

Total mensal AHBF = 4.532,47€ (o subsídio de refeição foi apurado base/22 dias). -----

Total da despesa 2018 (8 meses) = 36.259,76€ -----

Total mensal afeta ao município= 2.266,24€ (50% dos respetivos encargos); -----

Total despesa 2018 - componente do Município de Chaves = até 18.129,88€ (50% dos respetivos encargos); -----

3.2 - Verifica-se assim, o seguinte valor médio previsto para ambas as Associações, a efetivar mensalmente, pelo Município de Chaves e, condicionada à apresentação, pelas respetivas Associações Humanitárias, da competente lista de encargos mensais, discriminada por componente da despesa dos elementos constituintes da EIP = 2.266,24€/mês/Associação, correspondente a 50% do valor imputado ao Município de Chaves, sendo que os restantes 50% são da competência da ANPC. -----

3.3. Para os devidos efeitos deverá acautelar-se o respetivo tratamento dos encargos para 2018 e, bem assim, os plurianuais, tendo em conta a vigência do presente protocolo, nos termos do ponto 5. da presente proposta. -----

4 - A despesa objeto de tal protocolo tem enquadramento orçamental na rubrica da despesa 04070199, de acordo com informação de cabimento e compromisso, em anexo. -----

5 - O presente protocolo é válido por um período de 3 (três) anos e renovável automática e sucessivamente por igual período, caso não seja resolvido por qualquer das partes. -----

6 - Para o efeito, nos termos do disposto na alínea o), do nº1, do artº 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, "(...) deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à realização e eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos", submete-se à próxima reunião do órgão executivo, os Protocolos, em anexo e devidamente outorgados pelas partes intervenientes, tendo em vista a aprovação do seu clausulado e, bem assim, a realização da despesa inerente ao subsídio a conceder à **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses** e **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública**. -----

Chaves, 06 de julho de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

(anexo: Protocolo) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. CONTRATO-PROMESSA DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS E COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ÁGUAS DO NORTE, S.A.. PROPOSTA Nº 54/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes -----

1. No passado dia 25 de julho de 2001, a Assembleia Municipal, em sessão ordinária, aprovou a criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro e a participação do Município na constituição da sociedade anónima adjudicatária da concessão do mesmo, com a firma "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.". -----

2. Na sequência da constituição da empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", veio a ser celebrado entre esta e o Estado Português, representado pelo, à data, Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, contrato de concessão mediante o qual o Estado atribuiu à empresa a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

3. Com a formalização do contrato de concessão acima referido, a empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", passou a assegurar, em exclusivo, a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e a recolha, tratamento e rejeição de efluentes de diversos municípios, entre os quais o de Chaves. -----

4. No âmbito de uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assente na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, através do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, veio a ser criado um novo sistema multimunicipal, em substituição dos sistemas multimunicipais, à data existentes, e uma nova entidade gestora desse sistema, a sociedade com a firma Águas do Norte, S.A., a qual sucedeu nos direitos e obrigações das quatro sociedades, à data, existentes,

entre elas, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, conforme já referido, e criado pelo Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 6 de outubro. -----
 5. Em 26 de outubro de 2001, foram celebrados entre o Município de Chaves, na qualidade de entidade utilizadora, e a empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", na qualidade de concessionária, um contrato de fornecimento de água e um contrato de recolha e de rejeição de efluentes provenientes do sistema próprio do Município, tendo passado a suceder em tais contratos - direitos e obrigações -, nos termos previstos no citado Decreto-Lei n.º 93/20015, a sociedade Águas do Norte, S.A.. -----

II - Quadro Legal Aplicável -----

1. Nos termos do disposto no n.º1, do Artigo 83.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018, a qual aprovou o Orçamento de Estado para 2018, as autarquias locais que tenham dívidas vencidas e reconhecidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água ou saneamento de águas residuais, podem celebrar acordos de regularização dessas dívidas com estas entidades, cujo período de pagamentos não seja superior a 25 anos. -----

2. As disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018 foram publicadas pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, sendo certo que tal diploma não regula, ainda, os termos e as condições dos acordos e os respeitantes à eventual cessão de créditos associada à celebração de Acordos de Regularização de Dívidas, os quais deverão ser objeto de diploma legal a publicar, nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 83.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro. -----

3. Contudo, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 82.º, do Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio, sendo o Contrato de Regularização de Dívidas e de Compensação de Créditos, celebrado até ao final de 2018, os municípios devedores ao abrigo do disposto no n.º1, do artigo 83.º da Lei n.º114/2017, de 29 de dezembro - Orçamento de Estado, devem beneficiar de uma redução correspondente a 30% dos juros vencidos à data de 30 de junho de 2017. -----

4. De facto, face a tal quadro legal, as partes signatárias dos contratos celebrados a 26 de outubro de 2001, pretendem promover a regularização do conjunto de dívidas emergentes da execução financeira dos contratos de prestação de serviços celebrados, sendo certo que não se encontrando ainda publicado o diploma legal que regulará os termos e as condições respeitantes à celebração do acordo, nos termos do disposto no n.º4, do citado Artigo 83º, podem convencionar a promessa de celebração de acordo de regularização das dívidas existentes, visando fazer cessar o vencimento dos respectivos juros de mora, até que seja publicitado o diploma legal regulador. -----

III - Apuramento dos montantes a domiciliar -----

a) Créditos a favor da empresa AdN -----

1. No âmbito da execução dos supra identificados contratos, celebrados entre este Município, na qualidade de entidade utilizadora, e a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", agora Águas do Norte, S.A., no âmbito do fornecimento de água e no âmbito da recolha e da rejeição de efluentes provenientes do sistema próprio Município, a sociedade concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas e de Saneamento do Norte de Portugal, em concessão exclusiva atribuída pelo Estado português, emitiu e apresentou faturação correspondente aos serviços prestados, por conta dos mesmos. -----

2. No âmbito dos serviços prestados, veio a empresa Águas do Norte, S.A., reclamar os créditos decorrentes de algumas faturas emitidas no período compreendido entre os anos de 2010 a 2016, no valor de **6.589.512,93€** (incluindo juros) sendo que, no cumprimento do nº2, do artº 82º, do Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio, é aplicável, sobre a componente de juros, um benefício de redução de 30% de juros vencidos à data de 30 de junho de 2017. -----

3. Por conseguinte, apurado o montante de tal benefício de redução de 30%, num total de **392.209,07€**, a deduzir ao valor global a reclamar pela Empresa Águas do Norte, o Município reconhece estar em dívida os seguintes valores: -----

3.1 - **5.609.038,40€**, relativas a serviços prestados no âmbito do sistema multimunicipal e, bem assim, juros entretanto aplicados. ----

3.2 - Juros de mora especializados e não emitidos, associados à faturação incluída em processos de injunção que se encontram em curso, num total apurado de **588.265,46€**, valor este já deduzido da redução de 30% dos juros vencidos à data de 30 de junho de 2017, a título do benefício concedido, nos termos do nº2, do artº 82º, do Decreto-lei nº33/2018, de 15 de maio. -----

4. Neste contexto e, para efeitos de domiciliação na minuta do contrato-promessa de **"Contrato de Regularização de dívidas e compensação de créditos"** a celebrar, foi apurado um valor total de crédito a favor da empresa Águas do Norte, de **6.197.303,86€**. -----

b) Créditos a favor do Município de Chaves -----

1. O Município detém um conjunto de créditos, decorrentes dos seguintes factos e respetivos montantes: -----

1.1 - **1.075.404,98€** (um milhão, setenta e cinco mil, quatrocentos e quatro euros e noventa e oito euros), valor que inclui o IVA à taxa legal em vigor, correspondente à correção dos caudais de efluentes indevidamente faturados pela Empresa Águas do Norte, entre os anos de 2010 e 2017, no âmbito do Sistema Multimunicipal; -----

1.2 - **301.644,84€** (trezentos e um mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e oitenta e quatro centimos), referente a faturação emitida pelo município de taxas de ocupação de subsolo, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 e respetivos juros de mora; -----

1.3 - **131.975,73€** (cento e trinta e um mil, novecentos e setenta e cinco euros e setenta e três centimos), referente a juros de mora correspondentes a faturação emitida pelo município de taxas de ocupação de subsolo, nos anos de 2009 e 2010, cujas faturas foram, entretanto, liquidadas pela empresa Águas do Norte;. -----

1.4 - **170.265,77€** (cento e setenta mil, duzentos e sessenta e cinco euros e setenta e sete centimos), valor que inclui o IVA à taxa legal em vigor, correspondente aos valores já recebidos pela empresa Águas do Norte, pela aplicação indevida de um tarifário distinto, ao Município de Chaves; -----

1.5 - **33.656,88€** (trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e oitenta e oito centimos), valor que inclui o IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao valor já faturado e não recebido pela empresa Águas do Norte, pela aplicação indevida de um tarifário distinto, ao Município de Chaves. -----

2. Neste contexto e, para efeitos de domiciliação na minuta do contrato-promessa de **"Contrato de Regularização de dívidas e compensação de créditos"** a celebrar, foi apurado um valor total de crédito a favor do Município de Chaves, de **1.712.948,20€**. -----

c) Encargos supervenientes à celebração do "Contrato de Regularização de dívidas e compensação de créditos" -----

1. As partes outorgantes do contrato a celebrar convencionam a suspensão da contabilização dos juros de mora vencidos, aplicando-se essa suspensão com retroatividade à data de 31/10/2017; -----

2. A partir desta data, as partes outorgantes comprometem-se a suspender o vencimento de juros de mora até à celebração do Contrato de Regularização de Dívidas e de Compensação de Créditos, objeto da promessa, passando as faturas em apreço a vencer, até essa data, juros convencionados correspondentes ao custo marginal da dívida financeira das partes, que é atualmente igual a **3,5 %**, cujo valor apurado será adicionado aos valores dos respetivos créditos identificados nas alíneas a) e b) do ponto III, da presente proposta, respetivamente e, bem assim, incluídos no Plano de Pagamentos que constituirá um anexo ao Contrato a celebrar. -----

IV - Princípios enformadores do acordo -----

1. As razões supra expostas, face ao quadro legal aplicável, motivaram as partes a consensualizar, em promessa de celebração de acordo, os princípios em que deverá assentar o clausulado do contrato a celebrar, verificados os seguintes pressupostos: -----

i) Publicação do Decreto-Lei regulador dos termos e condições da celebração dos acordos de regularização de dívida e cessão de créditos, em conformidade com o disposto no nº 4, do Artigo 83º, da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado para 2018 -,
ii) Aprovação da minuta do contrato prometido, pela Assembleia Municipal de Chaves, devendo ser celebrado no prazo de 90 dias, a contar da verificação destes pressupostos. -----

2. O contrato promessa de celebração de acordo, tendo por objeto a regularização de dívidas e compensação de créditos, resulta no montante líquido de **€4 484 355,66**, a favor da sociedade Águas do Norte S.A. e a suportar pelo Município, sem prejuízo dos procedimentos contabilísticos, legalmente previstos e inerentes à assunção de tais encargos, em conformidade com o exposto no título III antecedente, suspendendo os juros de mora com efeitos a 31 de outubro de 2017 e até à data da celebração do contrato prometido, vencendo as faturas, nesse período, **juros correspondentes ao custo marginal da dívida das partes de 3,5%.** -----

3. Se por facto imputável a uma das partes ou por factos supervenientes a elas a elas alheios, o contrato prometido - Acordo de Regularização de Dívidas e Compensação de Créditos - não vier a ser celebrado no aludido prazo, as partes sujeitam-se à contabilização dos juros de mora até então vencidos, não se aplicando o benefício da redução correspondente a 30% dos juros vencidos a 30 de junho de 2017, prevista no nº 2, do artigo 82º, do Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio. -----

V - Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de: -----

a) Autorizar a celebração de Contrato-Promessa de Acordo de Regularização de Dívidas, entre o Município de Chaves e a empresa Águas do Norte, S.A., aprovando, para o efeito, o clausulado da minuta, cujo teor se encontra em anexo à presente proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais; -----

b) Caso a presente proposta venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, fique o Presidente da Câmara, desde logo, legitimado para outorgar o Contrato-Promessa de Acordo de Regularização de dívidas e compensação de créditos, em causa, desde que o regime do contrato venha a ser aprovado pelo conselho de

administração da sociedade Águas do Norte, S.A., e remetida a respetiva deliberação ao Município; -----

c) Verificada que seja a publicitação do diploma legal regulador dos termos e condições do Acordo a celebrar - contrato prometido -, deverá ser preparada proposta¹ a submeter à apreciação e votação o respetivo clausulado, pelos órgãos municipais - Câmara e Assembleia - em vista ao cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1, do Artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----
Chaves, 9 de julho de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
Nuno Vaz Ribeiro -----

Em anexo: Minuta do Contrato-Promessa de Acordo de Regularização de Dívidas e Compensação de Créditos. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -----

1 - Esta proposta é a tradução do que vem sendo dito sobre a matéria nas anteriores reuniões do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, houve a oportunidade de concluir este processo negocial, trata-se de um dossiê complexo e que tem muitas dimensões. -----

2 - Esta é uma solução muito abrangente, quer na dimensão da dívida, quer na dimensão dos créditos. -----

3 - É uma solução que defende os interesses do Município e dos flavienses, e que permite ao Município de Chaves, de acordo com o que era a estimativa da dívida inicial, uma poupança na ordem dos 2.1 milhões de euros. -----

4 - Fica também, reconhecido pela primeira vez, num documento escrito pelas Águas do Norte, da não exigibilidade dos créditos, relativos ao volume de efluentes em excesso relativamente ao consumo de água. ----

5 - Este acordo é um contrato-promessa, salienta-se, ainda da necessidade de publicação de um diploma que permitirá fazer a cedência de créditos por parte das Águas do Norte ao BEI e por essa via reduzir os encargos do município com os juros de mora. -----

6 - Convém, também, destacar, que em boa hora, se decidiu reconhecer a dívida a 31/12/2017, decisão que permitirá a formalização deste acordo, com a expectativa de cedência de créditos ao BEI, por parte das Águas do Norte, e consequente diminuição dos juros de mora, bem como a poupança acrescida de 392 mil euros. -----

7 - Este acordo parece ser uma solução que permitirá introduzir normalidade com o relacionamento entre o Município de Chaves e as Águas do Norte. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, a seguinte declaração: -----

Da análise do presente contrato podemos concluir: -----

1 - A empresa Águas do Norte reconhece que faturou indevidamente entre 2010 e 2017, €1.075.404,98 - "A segunda outorgante deverá igualmente proceder à regularização de 1.075.404,98 EUR (um milhão, setenta e cinco mil, quatrocentos e quatro euros e noventa e oito cêntimos), valor que inclui o IVA à taxa legal em vigor, correspondente à correção

¹ Esta proposta será, já, preparada com os termos e condicionantes decorrentes do respetivo diploma legal, sendo, também, ponderada a intervenção do Tribunal de Contas. -----

dos caudais indevidamente faturados ao Primeiro Outorgante, entre os anos de 2010 e 2017, no âmbito do Sistema Multimunicipal.”; -----

2 - Este reconhecimento valida o contencioso dos executivos anteriores com a empresa gestora do sistema multimunicipal e dá razão à devolução das faturas que cobravam caudais em excesso; -----

3 - Foi boa gestão devolver as faturas, ao contrario do que sistematicamente afirmava o atual presidente e o Partido Socialista. Se não tivessem sido devolvidas as faturas o município não poderia usufruir hoje deste crédito de €1.075.404,98. -----

É ainda de referir que o município vai usufruir: -----

1 - Do reconhecimento do pagamento das taxas de ocupação de subsolo e respetivos juros de mora no valor de € 603.886,34. O atual presidente e o PS afirmaram que este valor era de cobrança muito duvidosa; -----

2 - Da devolução de € 33.656,88 euros pela aplicação indevida de um tarifário distinto. -----

Conclusão: -----

1 - O presidente da câmara incorporou dívida em litígio com a empresa Águas do Norte no valor de €5.621.071,15 nas contas 2017, não respeitando o contencioso iniciado pelos executivos anteriores com as empresas gestoras do sistema multimunicipal e que este acordo legitima; -----

2 - Hoje fruto das negociações que vinham a ser desenvolvidas pelo executivo anterior é assegurado um acordo de regularização de dívida no valor de €4.484.355,66; -----

3 - Isto significa que sem se utilizar um cêntimo do orçamento municipal reduz-se a dívida em €1.136.715,49; -----

4 - Pode-se concluir que: Ou houve precipitação na inclusão da dívida nas contas de 2017 e em valor excessivo, ou houve o propósito de traçar um cenário de grande dívida de forma a que agora como num toque de magia a dívida seja reduzida em €1.136.715,49. -----

O senhor presidente da Câmara vai agora divulgar esta diminuição significativa da dívida, e reconhecer que os executivos anteriores fizeram bem em devolver as faturas que tinham faturação de caudais em excesso? -----

Declaração de voto: Os vereadores do PSD votam a favor da proposta porque a mesma é o reconhecimento da boa gestão nesta matéria do executivo anterior e que o litígio rendeu aos cofres do município €1.075.404,98. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Estranha-se a incoerência da declaração de voto, agora apresentada, porque parte de duas premissas absolutamente erradas. -----

2 - A primeira premissa, é que a solução agora apresentada resulta do incumprimento reiterado, por parte do Município de Chaves, na anterior gestão do “PSD”, e que teve como consequência que em determinado momento o Município de Chaves tivesse uma dívida aproximada de 21 milhões de euros às Águas do Norte, e que geraram um enorme valor financeiro em juros de mora, que não foram liquidados. -----

3 - O outro pressuposto errado, é que o “PS” e em particular, o atual Presidente da Câmara, estivessem contra a devolução das faturas com excesso de caudal. -----

4 - O que sempre foi dito, e hoje se reafirma, é que se devia discutir o que fosse discutível, ou seja, a devolução de faturas, com excesso de caudal relativamente aos efluentes que eram conduzidos para a ETAR, mas honrar o pagamento da água efetivamente consumida, e respetivo saneamento. -----

5 - Quando agora, se procura, encontrar razões para que o mérito do presente acordo, possa ser atribuído ao anterior Executivo é, na sua opinião uma forma errada e inadequada de fazer política. -----

6 - Dizer, também que o presente acordo, apenas é possível porque o atual Executivo, tomou a decisão de inscrever a dívida que existia para com as Águas do Norte nas contas de 2017, caso contrario estariam impedidos de fazer este acordo, a 25 anos, nos temos do artigo 83º do OE. -----

7 - A estratégia desenhada pelos anteriores executivos, para o dossiê Águas do Norte, partia de um pressuposto errado, e na nossa perspetiva num grave erro de gestão, que conduziu o Município de Chaves à situação de falência financeira, que se encontrou durante muitos anos, e que teve de ser resgatado por três sucessivos empréstimos e isso só aconteceu porque não foram pagas as faturas de água e saneamento, no montante aproximado de 21 milhões de euros. -----

8 - Tal estratégia de não pagar às Águas do Norte, e que está agora a ser paga por todos os municípios de forma muito onerosa, teve como objetivo encontrar uma situação de tesouraria que pudesse garantir o despesismo que foi registado nos anteriores mandatos. -----

9 - Que a presente solução foi, iniciada pelo atual Presidente da Câmara, não tendo sido transmitido nenhum dossiê, sobre esta matéria, pelo anterior executivo, tanto mais que, a data relevante para a cessação dos juros de mora é 31.10.2017, na qual já estava em funções o atual Executivo Municipal. -----

10 - Esta é uma solução possível e interessante, mas, é uma solução que só se encontra porque os anteriores Executivos Municipais incumpriram e o atual Executivo esta a cumprir, é preciso também realçar que esta solução vai obrigar o Município de Chaves, ao esforço financeiro de aproximadamente 200 mil euros anuais, a acrescer ao pagamento das faturas de água, em resultado do não pagamento reiterado, durante muitos anos, os seja vai-se pagar agora aquilo que já devia estar pago. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Concorda com a solução agora proposta, e é sua convicção que temos de honrar as dívidas. -----

2 - Dá nota que, sempre, alertou os Executivos anteriores, para a necessidade de o Município colocar em conta própria as verbas provenientes da receita da água e saneamento, para evitar situações como a existente. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE QUEDA - CEMITÉRIO VELHO - REQ: MARIA DO CÉU BRÁS - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 131/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos-----

1.Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 3452/18, datado do pretérito dia 23/04/2018, Maria do Céu Brás veio requerer que o Município de Chaves assumia as despesas hospitalares, de tratamento e medicação resultantes de uma queda ocorrida no cemitério velho de Chaves.-----

2.Para o efeito, invoca o seguinte:-----

"No passado dia 31 de março de 2018, enquanto realizava uma visita ao velho cemitério de Chaves, sofri um acidente resultante de uma queda originada pelas más condições do piso, resultado da falta de manutenção do espaço.-----

O piso, de terra batida, encontrava-se desgastado, lamacento e com fungosidade, tornando-o escorregadio e propício a derrapagens.-----

Um jovem que desconhecia e um funcionário do cemitério auxiliaram-me neste momento, informando-me até que não seria a primeira lesada desta falta de manutenção, pois pelo menos mais três pessoas teriam sofrido também uma queda nessa semana.-----

Desta queda, resultou uma deslocação de urgência ao Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro que depois de uma consulta de ortopedia me diagnosticou uma fratura do braço e me receitou medicação e tratamento para as consequências do sucedido.-----

Por ser um local de culto, frequentado em grande parte por pessoas como eu, que têm mobilidade limitada e um pouco mais condicionada, peno que essa falta de manutenção do espaço pode, caso não seja resolvida, levar a que outros acidentes desta natureza aconteçam. (...)."-----

3.A requerente juntou cópia de pedido de consulta externa de ortopedia, para o dia 7/05/2018.-----

4.Ora, da leitura da exposição apresentada pela peticionária, retira-se que os factos relatados na mesma terão sido, alegadamente, presenciados por um trabalhador do Município de Chaves, a exercer funções no cemitério velho de Chaves, sem que seja indicada, contudo, a identidade do mesmo.-----

5.Após contacto, telefónico, com os trabalhadores do cemitério "velho" de Chaves, veio a ser identificado Manuel Eugénio Magalhães Valadares, como sendo a pessoa que presenciou o incidente.-----

6.Nesto contexto, o trabalhador, supra identificado, prestou declarações no dia 21/05/2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação.-----

7.Das declarações prestadas pelo trabalhador, resulta, desde logo, que o mesmo não presenciou a queda descrita pela requerente, tendo, antes, prestado assistência à mesma já no exterior do cemitério.-----

8.Mais declarou que o chão do cemitério tinha, de facto lama, mas que a quantidade de lama existente era a normal para um dia de chuva e que a peticionária terá passado pelo meio da mesma.-----

9.É, pois, partindo de tais factos, que deverá ser analisado o caso individual e concreto, no sentido de ser emitida informação técnico-jurídica, sobre a legitimidade do pedido formulado pela peticionária.-

10. Assim, cumpre-me informar, sobre a presente matéria, o seguinte:-

II - Do Direito-----

1.O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Colectivas Públicas decorrente da prática de actos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas colectivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber:-----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;-----
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;-----
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa.-----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas colectivas públicas.-----

3.A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber:-----

- A prática, através de órgão ou agente, de um acto ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas;---
- Imputação do acto a título de dolo ou mera culpa;-----
- Que desse acto tenham resultado prejuízos;-----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o acto e o prejuízo ou dano.-----

4.De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".-

5.Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as acções ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objectivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos.-----

6.Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor.-----

7.Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito.-----

8.Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber:-----

- Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão directa) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indirecta);-----

9.Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a petionária afirma que os prejuízos foram provocados pelo facto do piso, em que a mesma circulava, dentro do cemitério, estar escorregadio, o que provocou a sua queda.-----

10. A verdade é que, ainda que a ora interessada, tenha sido lesada na sua dimensão patrimonial, muito concretamente, na sequência da queda ocorrida, não é possível estabelecer um nexo de causal entre tal facto e qualquer conduta ilícita cometida pela Autarquia e que se mostre idónea para provocar tal resultado.-----

11. De facto, para que se possa falar em omissão de um dever, por parte do Município, capaz de gerar responsabilidade extracontratual, é necessário, primeiro, que se verifique a existência de tal dever.-
12. Não basta, pois, que a requerente diga que o piso estava escorregadio e que isso provocou a sua queda.-----
13. Na verdade, a requerente deve provar, com elementos documentais e ou testemunhais, que a queda foi provocada pela lama existente no cemitério e, em caso afirmativo, que a lama constituía um perigo ou obstáculo relevante, que impusesse a esta autarquia local uma intervenção imediata no local.-----
14. Ora, a requerente, em bom rigor, limita-se a juntar um pedido de consulta de ortopedia, tendo a mesma ficado marcada para o dia 7/05/2018, sem que mais seja dito.-----
15. Tanto mais que o trabalhador Manuel Eugénio Magalhães Valadares não presenciou a queda, tendo-se cruzado com a peticionária no exterior do cemitério.-----
16. E como é referido pelo trabalhador, *"no dia em causa, o chão tinha lama, embora, a quantidade de lama existente fosse a normal depois de um dia de chuva. Sendo certo que a lama não impossibilitava a circulação (...)."*-----
17. No que a isto diz respeito, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa.-----
18. Ora, não se logrando provar o nexo de causalidade, em termos de causalidade adequada (art. 563º do CC), entre aqueles atos e os alegados prejuízos sofridos pela requerente, não pode proceder o pedido indemnizatório com fundamento em responsabilidade civil do Município.-----
19. Nestes termos, a verdade é que, ainda que a ora interessada tenha sido lesada na sua dimensão patrimonial, não é possível estabelecer um nexo causal entre tal facto e qualquer conduta ilícita cometida pela Autarquia e que se mostre idónea para provocar tal resultado. --
20. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia.-----

II - Propostas-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

- a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos sofridos pela requerente;-----
- b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado;-----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;--
 d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz.-----
 É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto.-----
 À consideração superior.-----
 Chaves, 2 de julho de 2018.-----
 O Técnico Superior Jurista.-----
 (Dr. Marcos Barroco).-----

Em anexo: O respetivo processo administrativo.-----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.07.02-----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.07.05-----

Visto. À reunião de Câmara para efeitos de apreciação e deliberação.-

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS - MORTE DE 20 BOVINOS COM EVENTUAL ORIGEM NO SANEAMENTO DA ALDEIA DE MAIROS - REQ: PALMIRA CONCEIÇÃO ALVES GARCIA PIRES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 133/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares-----

1. Através de requerimento com registo de entrada n.º 4964, datado do pretérito dia 25/05/2018, Palmira Conceição Alves Garcia Pires vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves assuma o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na sequência da morte de 20 bovinos, no valor de 33.000,00€ (trinta e três mil euros).-----

2. Os bovinos, em causa, foram adquiridos em 2014.-----

3. Para o efeito invoca que a morte dos bovinos tem, aparentemente, causa no saneamento da aldeia de Mairos, muito concretamente, pela presença de "*Clostridium perfringens*" e, concomitantemente, "*E. coli*" e "*Coli beta Hemolitica*".-----

4. Atendendo aos argumentos invocados pela peticionária, foi emitida, pela Divisão de Águas e Resíduos, a Informação/proposta n.º 124, datado do dia 21/06/2018, e no qual é concluído o seguinte, a saber: -----

*"A Fossa de Mairos foi construída na década dos anos 90, aquando da construção da rede de drenagem de águas residuais da aldeia.-----
 Em 18 de maio de 2016 foi solicitada a licença de utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais à Agência Portuguesa do Ambiente, designada por APA, entidade responsável pela emissão das licenças nesta matéria.-----*

A 12 de agosto de 2016 foi emitida pela APA a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais com o n.º L010889.2016.RH3 com validade de dois anos.-----

*A 2 de março de 2018 foi solicitado à APA a renovação da licença.----
 Desde abril de 2017 o Município de Chaves tem efetuado mensalmente análises ao efluente proveniente da fossa de Mairos e tem enviado para a APA os resultados que de um modo geral têm sido satisfatórios (...)--*

Esta fossa vai ser substituída por uma Estação de Tratamento de Águas Residuais, no âmbito de uma candidatura do POSEUR, cuja obra teve início em setembro de 2017 e está quase finalizada, pois está em falta a ligação elétrica por parte da EDP.-----

5.Neste contexto, veio a ser solicitada, a estes serviços, a emissão da competente informação técnico jurídica, relativamente ao enquadramento jurídico do pedido de indemnização formulado pela peticionária.-----

6.Assim, sobre a matéria, em apreciação, cumpre-me informar o seguinte:-----

II - Antecedentes-----

1.Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 6051, datado do pretérito dia 31/07/2017, Palmira Conceição Alves Garcia Pires veio pedir que a Câmara Municipal de Chaves assumisse o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na sequência da morte de 15 bovinos.-

2.Para o efeito invocava que a morte dos bovinos teve, aparentemente, causa no saneamento da aldeia de Mairós.-----

3.Através de deliberação tomada pelo órgão executivo municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 8 de março de 2018, a qual recaiu sobre a Informação n.º 42/DAF/2018, produzida por estes serviços no dia 26 de fevereiro, veio a ser praticada decisão consubstanciada no indeferimento da pretensão formulada, com base nas razões exaradas na retromencionada informação.-----

4.Sendo certo que o pedido inicial versava sobre a mesma situação que se encontra, agora, em apreciação², tendo sido invocados, pela requerente, os mesmos argumentos, que agora invoca.-----

II - Do dever de decisão-----

1.Por força do disposto no n.º 1, do artigo 13º, do CPA, os órgãos da Administração Pública têm o dever de se pronunciar sobre todos os assuntos da sua competência que lhes sejam apresentados e, nomeadamente, sobre os assuntos que aos interessados digam diretamente respeito, bem como sobre quaisquer petições, representações, reclamações ou queixas formuladas em defesa da Constituição, das leis ou do interesse público.-----

2.Contudo, determina o n.º 2, da mesma disposição legal, que não existe o dever de decisão quando, há menos de dois anos, contados da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.-----

3.Ora, no caso individual e concreto, e como se viu, o órgão executivo municipal já se pronunciou, em março de 2018, sobre pedido igual, formulado pela mesma interessada, com base nos mesmos fundamentos.---

4.Assim sendo, não existe, no caso individual e concreto, obrigação, por parte desta autarquia local, de se voltar a pronunciar sobre o assunto, em causa.-----

III - Propostas-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a)Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada no indeferimento da pretensão formulada pela requerente, em face do disposto no n.º 2, do artigo

² A única diferença reside, aliás, no número de bovinos mencionados, dado que no requerimento anterior a requerente falava em 15 bovinos.

13º, do CPA, uma vez que o assunto em apreciação, já foi objeto de análise e decisão, definitiva, por parte do órgão executivo municipal, em março de 2018;-----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete da Vereadora responsável pela respetiva área de intervenção, Eng.ª Paula Chaves.-- É tudo o que tenho a informar sobre este assunto.-----

À consideração superior.-----
Chaves, 02 de julho de 2018.-----

O Técnico Superior Jurista.-----
(Dr. Marcos Barroco).-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.07.02-----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.02-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.07.03-----

Tomei conhecimento, concordo; Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. "NOITE DE KARAOKE, 10º FESTIVAL DE FOLCLORE, VIDAGOFEST - CONCERTO DJ'S" - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS - REQ: CASA DE CULTURA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 93 - STL/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Considerando que a Associação denominada "Casa de Cultura de Vidago", com sede no Largo da Praça, n.º 14, povoação de Vidago, União de freguesias de Vidago/Arcossó/Selhariz/Vilarinho das Paraneiras, concelho de Chaves veio, através de requerimento solicitar autorização para a realização dos eventos denominados "Noite de Karaoke, 10º Festival de Folclore, Vidagofest-Concerto Dj's", a realizar no Mercado Municipal de Vidago, nos dias 14, 15, 22, 28 e 29 de julho de 2018;-- Considerando que, no aludido requerimento, a Associação "Casa de Cultura de Vidago" solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes; -----

Considerando que a Associação em causa tem um carácter cultural, recreativo, formativo, desportivo e social, conforme decorre dos respetivos Estatutos, documento cujo teor integral se anexa ao presente Despacho; -----

Considerando que a matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias."; -----

Considerando, ainda, que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

Considerando que a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: -----

- Documento comprovativo da natureza jurídica; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social; -----
- Declaração de não dívida à Autoridade Tributária; -----

Considerando que, de acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira, a Associação em causa não tem dívidas perante o Município de Chaves, documento cujo teor integral se anexa; -----

Considerando, assim, que se encontram reunidos os pressupostos legais para a interessada poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos nºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o valor das taxas administrativas associadas à emissão da licença especial de ruído para o fim em vista, ascendem ao montante de € 205,45 (Duzentos e Cinco Euros e Quarenta e Cinco Cêntimos); -----

II - Da Proposta-----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, sugere-se que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do Órgão Executivo Camarário, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na Autorização de cedência do espaço afeto ao Mercado Municipal de Vidago para a realização das atividades denominadas "Noite de Karaoke, 10º Festival de Folclore, Vidagofest-Concerto Dj's", a ter lugar no Mercado Municipal de Vidago, nos dias 14, 15, 22, 28 e 29 de julho de 2018;-----

b) Simultaneamente, autorizar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor de €205,45 (Duzentos e Cinco Euros e Quarenta e Cinco Cêntimos), de acordo com o disposto no nº 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

c) Sequencialmente, que seja notificada a requerente do teor integral da decisão administrativa que vier a ser tomada sobre a matéria, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo; -----

d) A deliberação que vier a ser tomada, deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local.-----

Chaves, 5 de julho de 2018-----

O Coordenador Técnico-----
(Adérito Soares).-----

Em anexo: Os referidos documentos. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.07.05-----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro

cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.07.06-----
 Visto. Concorde. À reunião de Câmara para apreciação e deliberação. -
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO/DDSC Nº106/SE Nº59/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
 Através da Informação nº 92/SE Nº50/2017, de 28 de julho de 2017, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as normas de comparticipação, com vista à sua implementação no ano letivo 2017/2018, dos passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário, e que passo novamente a expor:-----

"- A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes;

- A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas;-----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:

a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas;-----

- **Comparticipação a 100%** - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação;-----

- **Comparticipação a 50%** - Alunos com o escalão A;-----

- **Comparticipação a 25%** - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos."-----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso".-----

Considerando que no âmbito dos pedidos de comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas, deram entrada no Município de Chaves, durante o mês de maio e junho, mais 02 pedidos de comparticipação. Os encarregados de educação referiram que as entregas tardias destes pedidos se devem ao facto de desconhecem, até à data, este apoio financeiro, por parte do Município, aos alunos carenciados.

ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO MAGALHÃES-----

Passe comparticipado a 100%- Escalão A-----

Nome do aluno:	Localidade
Gonçalo Duarte Teixeira Gil (1)	Ribeira das Avelãs

O aluno Gonçalo Duarte Gil, frequenta o 11º ano e utiliza o transporte do circuito especial nº16 - Ribeira das Avelãs - Eiras - Chaves, realizado pelo Município. -----
Em anexo segue o documento da segurança social.-----

Passe participado a 25%- Escalão B

Nome do aluno:	Localidade
Inês Mariana Carvalho dos Santos	Vidago

A Inês Mariana Carvalho dos Santo, frequenta o 11º ano e utiliza a carreira pública, encontrando-se, no mapa, em anexo, o valor do encargo assumido pelo encarregado de educação, por período, com o passe escolar. -----

De acordo com as normas aprovadas, a aluna beneficia da -
"Complicação a 25% - Alunos com o escalão B. -----

Em anexo segue o documento da segurança social.-----

Considerando que o valor previsto, com este encargo, referente ao 1º, 2º e 3º período, do ano letivo 2017/2018, é de **157,44€**. -----

Assim, em anexo, segue o mapa com o valor referente às participações atribuídas, para o respetivo reembolso, devendo o respetivo encarregado de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados. -----

Tendo-se verificado que, no presente ano letivo, há alunos que solicitam este apoio financeiro só no terceiro período, demonstra que estas medidas de apoio sócio/educativo, destinadas às famílias mais desfavorecidas, não são do conhecimento da comunidade educativa, tais como: pais/encarregados de educação, alunos, pessoal docente e não docente que integra os Serviços de Ação Social Escolar dos Agrupamentos de Escolas, pelo que torna-se necessário analisar, conjuntamente com as direções dos Agrupamentos uma melhor estratégia de divulgação destes apoios. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição do cabimento. -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

c) À consideração superior. -----

Chaves, 21 de junho de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

Em anexo: Mapa com o valor dos respetivos reembolsos -----

(1) Relatório social do aluno com complicação a 100%. -----

O encargo assumido pelo Município, até à presente data, referente às participações com os passes escolares do ensino secundário, passa a ser no valor de **8.590,28€**-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.06.21-----

Visto. Concordo. À consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.07.06. -----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. "ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA" - INTERRUPTÕES LETIVAS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO DDSC Nº116/SE Nº60/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

O Município de Chaves, em colaboração com o Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo, passou, a partir de janeiro de 2018, a responsabilizar-se pela organização e gestão das "Atividades de Animação e Apoio à família", nas interrupções letivas, dos alunos com Necessidades Educativas Especiais e que se realizam na Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro. -----

Considerando que as "Atividades de Animação e de Apoio à Família", nas interrupções letivas, para os alunos com Necessidades Educativas Especiais são uma resposta às necessidades das famílias, devido à dificuldade de conciliação entre a vida laboral dos pais/encarregados de educação e o funcionamento dos respetivos estabelecimentos de ensino; -----

Considerando que as referidas atividades se destinam às crianças com Necessidades Educativas Especiais, que frequentam a escolaridade obrigatória; -----

Considerando a necessidade de determinar a participação familiar, para o **ano letivo 2018/2019**, pela utilização das "Atividades de Animação e de Apoio à Família", nos períodos de interrupção letiva, uma vez que é uma componente não letiva; -----

Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim e face ao exposto propõe-se a V. Exa o seguinte: -----

a) Que sejam aprovadas as normas de funcionamento das "Atividades de Animação e Apoio à Família" para vigorarem no ano letivo **2018/2019**, que incluem os valores da participação familiar para as "Atividades de Animação e Apoio à Família", destinadas aos alunos com necessidades educativas especiais, para os períodos das interrupções letivas, mantendo-se os valores do ano letivo 2017/2018; -----

b) Sempre que, com base numa cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua pela especial onerosidade do referido encargo, poderá ser dispensado o seu pagamento mediante deliberação de Câmara e tendo como fundamentação relatório técnico elaborado pelo setor de educação. -----

Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa., sugere-se o seu encaminhamento para a próxima reunião de Câmara Municipal, para deliberação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 05 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

(Lídia Pinto) -----

Em anexo: Normas de funcionamento das "Atividades de Animação e Apoio à Família" para vigorarem no ano letivo **2018/2019** e respetiva ficha de inscrição.-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.07.05-----

Visto. Concordo. À consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.07.06. -----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO E EXECUÇÃO DO FESTIVAL "N2" CHAVES". **INFORMAÇÃO DDSC Nº118/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

ENQUADRAMENTO-----

Para além da beleza natural e cultural de Portugal, o país também atrai milhares de turistas devido aos vários festivais de verão. ----

Os festivais de música, vulgarmente designados por festivais de verão por ser neste período estival que se realizam, surgiram há mais de 30 anos, tendo especial relevância a década de 90 que viu nascer muitos dos consagrados festivais que ainda se realizam. -----

Em Chaves nunca houve um festival marcante na época de verão que aglutinasse ao mesmo tempo a música com o lazer e por consequência direta o desenvolvimento turístico. -----

Foram-se esboçando pequenos festivais que de certa forma foram criando trajeto e nome associados à Academia de Artes de Chaves e ao Pastel de Chaves, prova disso foi o Flavifest e mais recentemente o Identidades, festivais estes sempre associados ao Pastel de Chaves e à vertente gastronómica flaviense e transmontana. O Identidades viveu e foi Chaves. Em 2017 teve cerca de 10.000 espectadores. É, pois, tempo de contínuo, de expansão e de reinvenção. -----

Assim, para 2018, e consolidando o espírito dos festivais predecessores, é intenção dotar a cidade e a região neste período estival de um festival de caráter e espírito universal, alicerçado em músicas do mundo para todas as idades e gerações. Apresente-se o **Festival "N2" Chaves.** -----

FUNDAMENTAÇÃO -----

Considerando o período estival em causa, gerador de grandes fluxos turísticos e de regresso de férias dos emigrantes residentes no concelho. -----

Considerando a forte dimensão lúdica, cultural e turística que este festival irá aportar, à valorização dos territórios e espaços flavienses. -----

Considerando não existir regionalmente, pelo menos a nível do Alto Tâmega, nenhum tipo de festival com as características gizadas para o N2 -Chaves. -----

Objetivando como principal referente a consolidação de Chaves como região cultural e turística por excelência. -----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Decorrendo do atrás exposto, tomo a liberdade de propor a V^a. Exa, e no superior interesse do desenvolvimento deste projeto, o seguinte: - Se for entendimento superior que este Festival "N2" Chaves, cujo projeto segue **em anexo**, deve merecer aceitação, que o mesmo seja presente na próxima reunião de câmara para apreciação e aprovação. --

Em Anexo: Projeto para o Festival N2 Chaves-----

À consideração Superior. -----
 Chaves 03 de julho de 2018-----
 A equipa de missão-----
DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.07.06-----
 Visto. Concorde. À consideração do Senhor Diretor de Departamento. --
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.07.06. -----
 À reunião de Câmara-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

4. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°109/SHSDPC/N.°52/2018. -----
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.06.28. -----
 Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.04-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.07.04-----
 À reunião de Câmara-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. REVISÃO DO VALOR DAS RENDAS RESPEITANTE AOS INQUILINOS DO BAIRRO SOCIAL DOS FORTES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°111/SHSDPC/N.°53/2018. -----
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.03-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.07.03-----
 À reunião de Câmara-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. TRANSMISSÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO POR MORTE DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO. BAIRRO: VIDAGO. LOTE 3 - R/C ESQ. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº112/SHSDPC/N.º54/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.03-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.07.03-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº114/SHSDPC/N.º56/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.05-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.07.05-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. REQUERENTE: OTELINDA DO NASCIMENTO - ALTO DA TRINDADE. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº115/SHSDPC/N.º57/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.07.06-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÕES/ENTIDADES DE CARÁTER SOCIAL, SEDEADAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 46/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Da Exposição de Motivos -----

A Associação Chaves Social, IPSS, NIF 507 691 350, com sede na Rua Cândido Sotto Mayor, em Chaves, solicitou apoio financeiro para concretizar atividades previstas no seu Plano de Atividades; -----

Considerando que esta instituição zela pela defesa dos direitos dos cidadãos, pela sua inserção social e pelo seu desenvolvimento intelectual; -----

Considerando que a entidade identificada, promove, também, atividades de natureza cultural, recreativa e juvenil no concelho de Chaves e é, por isso, geradora de dinâmicas de solidariedade e de convívio dentro das comunidades em que se inserem, apoiando diversas franjas da população local; -----

Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não têm, por si só, capacidade de concretizar as atividades que se propõem desenvolver, de forma eficaz e imediatamente atuante; -----

Considerando que o apoio a conceder à entidade mencionada permitirá atingir os seguintes objetivos: -----

- Desenvolver projetos de entreaajuda, com vista a solucionar carências reais da população; -----
- Apoiar estratos sociais desfavorecidos; -----
- Desenvolver atividades de natureza social, recreativa, educativa e cultural. -----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º- A do CCP; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Que seja apoiada a instituição "Associação Chaves Social IPSS" com o valor de 7.500,00 €; -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; --

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: -----
04.07.01.03; -----

e) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 21 de junho de 2018 -----

O Presidente da Câmara -----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: ARAT, ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL, CORAL DE CHAVES. PROPOSTA Nº 47/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Da Exposição de Motivos -----

A **ARAT - Associação de Radioamadores do Alto Tâmega**, NIPC 510 969 887, e sede na Rua Júlio dos Santos Pereira, Edifício dos Bombeiros Voluntários Salvação Pública, em Chaves, vem, através do ofício que se anexa, com registo de entrada nos Serviços Administrativos desta Autarquia Local, nº 12174, solicitar apoio financeiro, visando continuar a levar a efeito o desenvolvimento das suas atividades; --

A **Associação de Escoteiros de Portugal - Grupo 259**, NIPC 500 989 109, com sede no Parque de Lazer do Açude do Rio Tâmega - Vila Verde da Raia, Concelho de Chaves, vem solicitar o apoio nas atividades previstas no Plano de Atividades; -----

O **Coral de Chaves** NIPC 503 349 658, com sede em Chaves, em reunião presencial no município, solicitou a colaboração nas despesas inerentes à atividade que desempenha; -----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização das atividades de carácter recreativo e cultural, as quais são promotoras de convívio e bem-estar das populações; -----

Considerando que o Município de Chaves entende como sendo de interesse municipal o desenvolvimento destas iniciativas, contribuindo elas, de forma decisiva para a dinamização do Concelho nas diversas áreas de ação; -----

Considerando que sem esta ajuda as instituições teriam alguma dificuldade em, por si só, garantir a concretização das ações que se propõe executar; -----

Considerando que o apoio à entidade em referência se enquadra no Regulamento de apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas

previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes do quadro sinóptico, em anexo, nos montantes também aí consignados com vista a permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol de comunidade as ações e iniciativas a que se propõem; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação de tal liberalidade e para o fim em vista em jornal local e em boletim municipal, tudo isto no estrito cumprimento da Lei nº 64/2013, de 27 de Agosto; -----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias; -----

d) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes rubricas: -----

04.07.01.99; 04.07.01.01 e 04.07.01.02; -----

f) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 21 de junho de 2018 -----

O Presidente da Câmara, -----

(Nuno Vaz) -----

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E RECREATIVO. -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta nº 47/GAP/2018, consubstanciada na participação financeira a Associações/Entidades de caráter desportivo e recreativo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2018;** -

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----
(Objeto) -----
 Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----
 Cláusula 2ª -----
(Período de execução do contrato) -----
 O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018. -----
 Cláusula 3ª -----
(Comparticipação financeira) -----
 1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de €. (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado. -----
 2. O Município de Chaves concede, ainda, -----
 Cláusula 4ª -----
(Disponibilização financeira) -----
 A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o -----
 Cláusula 5ª -----
(Obrigação de certificação das contas)ⁱ -----
 1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
 2. O, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----
 Cláusula 6ª -----
(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----
 O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira. -----
 Cláusula 7ª -----
(Gestão do Contrato) -----
 Para efeitos do disposto no n.º 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o, por deliberação de, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização. -----
 Cláusula 8ª -----
(Produção de efeitos) -----
 O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----
 Cláusula 9ª -----
(Entrada em vigor) -----
 O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 10ª -----
(Publicação) -----

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia. -----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Chaves, ... de de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Nuno Vaz -----

O Presidente do, -----

.....) -----

Em Anexo: -----

- Plano Anual de Atividades de 2018; -----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social; -----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada; -----

- Cópia dos respetivos Estatutos; -----

- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----

- Cópia do NIPC; -----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes. -----

Quadro Sinótico

Anexo à Proposta Nº 47/GAP/2018

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica	Finalidade	Obs:
ARAT – Associação de Radioamadores do Alto Tâmega	500,00	04.07.01.99	Apoio ao Plano de Atividades 2018	
Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo 259	500,00	04.07.01.02	Apoio ao Plano de Atividades 2018	
Coral de Chaves	1.000,00	04.07.01.01	Despesas inerentes à atividade que desempenha	

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS. PROPOSTA Nº 48/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Justificação -----

Considerando as solicitações de apoio financeiro, para o ano de 2018, efetuadas ao Município, pelas entidades sedeadas no concelho de Chaves, a seguir identificadas: -----

Associação Cultural e Desportiva de Santo Estevão, NIPC 503 098 647, com sede na Rua Alto do Picoto, 3, Vivenda da Nora, em Santo Estevão, concelho de Chaves, solicita o apoio da autarquia, na concretização das atividades calendarizadas no Plano de Atividades da época 2017/2018. O valor proposto, constante no quadro sinótico anexo, implica, obrigatoriamente, que o pagamento da energia elétrica do

campo de futebol seja efetuado pela Associação Cultural e Desportiva de Santo Estevão. -----

Associação Põe-te a Mexer com a Capoeira, NIPC 514 438 614, sedeadada em Chaves, solicita o apoio da autarquia, para implementar a prática deste desporto em Chaves; -----

Hóquei Clube Flaviense, NIPC 502 420 170, com sede no Pavilhão Municipal, promotor de atividades desportivas, recreativas e de formação de jovens, solicita apoio para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. -----

Vidago Futebol Clube, NIPC 501 877 517, com sede no Campo João Oliveira, em Vidago, promotor de atividades desportivas, recreativas e sociais, ao nível da formação de crianças e jovens, solicita o apoio da autarquia para a concretização da atividade inerente ao clube. O valor proposto, constante no Quadro Sinótico anexo, implica que o contrato de fornecimento de energia elétrica com o CIL 0035828781, passe a ser titulado pelo Vidago Futebol Clube. -----

Clube Motard de Chaves, NIPC 505 868 296, com sede na Escola Primária do Campo de Cima, sita na Rua D. Jerónimo de Ataíde, nº 96 em 5400 - 311 Chaves, promotor de atividades desportivas, recreativas e sociais, ao nível da formação de crianças e jovens, solicita o apoio da autarquia para a concretização da atividade inerente ao clube. O valor proposto, constante no Quadro Sinótico anexo, implica que o contrato de fornecimento de energia elétrica da antiga escola primária das Eiras com o CIL 0035752243, passe a ser titulado pelo Clube Motard de Chaves. -----

Associação Flaviense de Caminheiros, NIPC 506 724 700, com sede no Largo do Arrabalde, nº 46 em Chaves, promotor de atividades culturais e desportivas, solicita o apoio da autarquia para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. -----

A autarquia apoia o pagamento do fornecimento de energia elétrica da sede da associação. O valor proposto é o constante do Quadro Sinótico anexo; -----

BTT Clube de Chaves, NIPC 503 817 473, com sede na Antiga Escola de Enfermagem, sita na Rua dos Aregos, n.º 11, em Chaves, promotor de atividades culturais e desportivas, solicita o apoio da autarquia para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. -----

A autarquia apoia o pagamento do fornecimento de energia elétrica da sede da associação. O valor proposto é o constante do Quadro Sinótico anexo; -----

Karate Clube Alto Tâmega, NIPC 501 683, promotor de iniciativas regulares desportivas do KCAT e potenciar o desenvolvimento das suas modalidades de formação, competição e manutenção, previstas no Plano de Atividades. -----

A autarquia apoia o pagamento do fornecimento de energia elétrica da sede da associação. O valor proposto é o constante do Quadro Sinótico anexo; -----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de carácter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população; --

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; -----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Adjunto do Presidente da Câmara, Júlio Alves, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

f) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----

g) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com as Associações, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento; -----

h) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; -

i) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes rubricas: 04.07.01.02; 08.07.01.06; -----

j) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

k) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 21 de junho de 2018 -----

O Presidente da Câmara -----

(Nuno Vaz) -----

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de

Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----
 Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta nº 48/GAP/2018, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de carácter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2018;** -----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----
(Objeto) -----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª -----
(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018. -----

Cláusula 3ª -----
(Comparticipação financeira) -----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado. -----

2. O Município de Chaves concede, ainda, -----
 Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o -----

Cláusula 5ª -----
(Obrigação de certificação das contas)ⁱⁱ -----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no nº 1, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no nº2, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----

Cláusula 6ª -----
(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira. -----

Cláusula 7ª -----
(Gestão do Contrato) -----

Para efeitos do disposto no nº 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o _____, _____, por deliberação de _____, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização. -----

Cláusula 8ª -----
(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----
Cláusula 9ª -----

(Entrada em vigor) -----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 10ª -----
(Publicação) -----

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia. -----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Chaves, ... de de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
Nuno Vaz -----

O Presidente do, -----
.....) -----

Em Anexo: -----

- Plano Anual de Atividades de 2018; -----
- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social; -----
- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada; -----
- Cópia dos respetivos Estatutos; -----
- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----
- Cópia do NIPC; -----
- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes. -----

Quadro Sinótico

Anexo à Proposta N°48/GAP/18

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica	Obs:
Associação Cultural e Desportiva Santo Estevão	2.500,00	04.07.01.02	
Associação Põe-te a Mexer com a Capoeira	500,00	04.07.01.02	

Hóquei Clube Flaviense	12.000,00	04.07.01.02	
Vidago Futebol Clube	21.500,00 12.500,00	04.07.01.02 08.07.01.06	
Clube Motard de Chaves	6.000,00	04.07.01.02	
Associação Flaviense de Caminheiros	500,00	04.07.01.02	
BTT Clube de Chaves	4.500,00	04.07.01.02	
Karate Clube Alto Tâmega	9.500,00	04.07.01.02	

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

5. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DE CARÁTER CULTURAL. PROPOSTA N° 49/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação -----

Considerando as solicitações de apoio financeiro, para o ano de 2018, efetuadas ao Município, pelas entidades sedeadas no concelho de Chaves, a seguir identificadas: -----

Associação Cultural, Recreativa, Formativa, Desportiva e Social da Casa de Cultura de Vidago, NIPC 502 063 076, com sede no Largo da Praça, 14, em Vidago, concelho de Chaves, solicita o apoio da autarquia, na concretização das atividades calendarizadas no Plano de Atividades da época 2018. -----

O valor proposto, constante no quadro sinótico anexo, implica que o contrato de fornecimento de energia elétrica passe a ser titulado pela Associação Cultural, Recreativa, Formativa, Desportiva e Social da Casa de Cultura de Vidago, com o CIL 0066506642. -----

Grupo Cultural da Serra do Brunheiro, NIPC 504 299 069, sediado na Ribeira do Pinheiro, n° 10, em Chaves, solicita o apoio da autarquia, na concretização das atividades calendarizadas no Plano de Atividades da época 2018. -----

O valor proposto, é o constante no quadro sinótico anexo. -----

Grupo de Danças e Cantares Regionais de Sto. Estevão, NIPC 504 053 949, com sede na Rua Principal n.º 11, em Sto. Estevão, solicita apoio para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. ---

O valor proposto, é o constante no quadro sinótico anexo. -----

Grupo de Folclore " Vila Medieval de Sto. Estevão, NIPC 504 556 436, com sede na Rua Dr. João Sarmiento, n.º 3, em Sto. Estevão, solicita apoio para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. O valor proposto, é o constante no quadro sinótico anexo. -----

Associação Cultural e Recreativa Aproveitómemento, NIPC 510 829 988, com sede em Fornelos, promotor de atividades desportivas, recreativas, solicita o apoio da autarquia para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. -----

O valor proposto, é o constante no quadro sinótico anexo. -----

Associação de Desenvolvimento Local de Curalha - CASTRUM, NIPC 514 335 750, promotor de atividades culturais e recreativas, para divulgação do património cultural do concelho e a dinamização e o desenvolvimento da economia local. O valor proposto é o constante do Quadro Sinótico anexo; -----

Associação Recreativa e Cultural, de Vila Nova de Monforte, NIPC 506 027 155, com sede no lugar de Vila Nova de Monforte, promotor de atividades culturais e recreativas, solicita o apoio da autarquia para levar a cabo as atividades previstas no Plano de Atividades. -----

O valor proposto, constante no quadro sinótico anexo, implica que o fornecimento de energia elétrica da sede passe ser titulado pela associação. O contrato de energia tem o CIL 0035842585. -----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população; --

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades culturais em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; -----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Adjunto do Presidente da Câmara, Júlio Alves, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com as Associações, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento; -----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto; -----
 - Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27.º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----
 - Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; -
 - d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes rubricas: -----
04.07.01.01; -----
 - e) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----
 - f) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----
- Chaves, 21 de junho de 2018 -----
O Presidente da Câmara -----
(Nuno Vaz) -----

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão n.º....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta n.º 49/GAP/2018, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de carácter cultural, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2018;** -----

Nos termos dos artigos 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do n.º2, do art. 23.º, e na alínea u) do n.º1 do Artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1.ª -----

(Objeto) -----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2.ª -----

(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018. -----

Cláusula 3ª -----

(Comparticipação financeira) -----

1. A participação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de €. (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado. -----

2. O Município de Chaves concede, ainda, -----

Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

A participação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o -----

Cláusula 5ª -----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱⁱⁱ -----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. -----

2. O, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----

Cláusula 6ª -----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da participação financeira. -----

Cláusula 7ª -----

(Gestão do Contrato) -----

Para efeitos do disposto no n.º 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o, por deliberação de, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização. -----

Cláusula 8ª -----

(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----

Cláusula 9ª -----

(Entrada em vigor) -----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 10ª -----

(Publicação) -----

Nos termos do n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia. -----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Chaves, ... de de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Nuno Vaz -----

O Presidente do , -----
) -----

Em Anexo: -----

- Plano Anual de Atividades de 2018; -----
- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social; -----
- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada; -----
- Cópia dos respetivos Estatutos; -----
- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----
- Cópia do NIPC; -----
- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes. -----

Quadro Sinótico

Anexo à Proposta N°49/GAP/18

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica	Obs:
Associação Cultural, Recreativa, Formativa, Desportiva e Social da Casa de Cultura de Vidago	2.000,00	04.07.01.01	
Grupo Cultural da Serra do Brunheiro	1.250,00	04.07.01.01	
Grupo de Danças e Cantares Regionais de Sto. Estevão	1.000,00	04.07.01.01	
Grupo de Folclore "Vila Medieval de Sto. Estevão"	1.000,00	04.07.01.01	
Associação Cultural e Recreativa Aproveitômomento	500,00	04.07.01.01	
Associação de Desenvolvimento Local de Curalha CASTRUM	2.000,00	04.07.01.01	
Associação Recreativa e Cultural de Vila Nova de Monforte	2.000,00	04.07.01.01	

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2" PROPOSTA N° 51/GAP/18. ----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Da Exposição de Motivos-----

A Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua dos Combatentes - Lobrigos, em Santa Marta de Penaguião, e NIPC 514 051 744, tem por

objeto o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que são atravessados pela Estrada Nacional 2;-----
De acordo com o número 1, do Capítulo I, dos Estatutos, esta associação de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram;-----
Considerando que o Município de Chaves é um dos 29 municípios que integra a associação;-----

Considerando que a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, propôs, através do documento que se anexa, a realização de um evento designado como "Grande Prémio de Portugal Nacional 2 em Ciclismo";---
Considerando que este evento, com a duração de 5 dias, consiste na realização do percurso da EN 2 em bicicleta, com cobertura televisiva assegurada (transmissões em direto e espaços informativos), fomentando a promoção e valorização do território, usos e costumes e recursos endógenos;-----

Considerando que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

Considerando, por último, que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a "Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2" com o valor de 12.000,00 €; -----

b) Caso o presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica 04070199. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 5 de julho de 2018-----
O Presidente da Câmara-----
(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. MARCAÇÃO DE LOCAL DE CARGAS E DESCARGAS - PROCESSO N.º 391/18 - HELENA CONCEIÇÃO PAIVA VAZ - AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 27.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, pela Sra. Helena Conceição Paiva Vaz, residente na Avenida General Ribeiro de Carvalho, em Chaves. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 1074/18, relativo ao processo n.º 391/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de marcação para local de cargas e descargas, junto ao Edifício Nuno Álvares na Avenida General Ribeiro de Carvalho, na freguesia de Santa Maria Maior, na cidade de Chaves.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

a) Na Avenida General Ribeiro de Carvalho: Colocação de um (1) sinal de código H1A (Estacionamento autorizado), com um (1) painel indicador de aplicação "CARGAS E DESCARGAS" modelo n.º 10b e um (1) painel indicador de periodicidade "DIAS ÚTEIS DAS 9 às 19h" modelo n.º 7d e execução de marca rodoviária M14A (linha contínua amarela com 0,1m de largura) "Paragem e estacionamento para cargas e descargas".-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 150,00€ (cento e cinquenta euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação á Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Presidente da freguesia de Santa Maria Maior, o Senhor Hugo Silva, da decisão que recaiu sobre a presente informação;---

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SR. ARQ.º PAULO ROXO, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DE 28.06.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. Atento o seu teor, sou a propor que a

mesma esteja presente numa próxima reunião do Executivo Municipal, no sentido de ser proferida deliberação em consonância com o enunciado no seu capítulo 4.-----

À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Coordenação Geral.--

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.06. -----

Visto. Proceda-se em conforme preconizado nesta informação técnica. -

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. SINALIZAÇÃO DE RUA SEM SAÍDA - PROCESSO N.º 402/18 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ TRINDADE E SANJURGE - RUA QUEVEDO PIZARRO, SANTA CRUZ/TRINDADE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 29.06.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, via correio eletrónico, pela "Junta de freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge". O pedido foi registado com o n.º de requerimento 1098/18, relativo ao processo n.º 402/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de colocação de um sinal de "Rua sem saída" na Rua Quevedo Pizarro, junto ao cruzamento com a Ruas Passeras e Porras e a Rua Adalberto Gastão Sousa Dias, sitas na freguesia acima referida, na cidade de Chaves.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

b) Na Rua Quevedo Pizarro: Colocação de um (1) sinal de código H4 (Via pública sem saída) com 600 mm de aresta.-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 100,00€ (cem euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com carácter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

d) Remeter cópia da presente informação á Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

e) Notificar o Presidente da freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, o Senhor José António Oliveira Carreira, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

f) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

g) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SR. ARQ.º PAULO ROXO, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DE 03.07.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. Atento o seu teor, sou a propor que a mesma esteja presente numa próxima reunião do Executivo Municipal, no sentido de ser proferida deliberação em consonância com o enunciado no seu capítulo 4.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.03. -----

Visto. Proceda-se em conforme preconizado nesta informação técnica. -

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO DESTINADO A GARAGEM, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 713/17 - MARILIA ALPANDÉ LOPES FERREIRA - LUGAR DE COVA LADRÃO, FREGUESIA DE MOREIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 08.06.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território nº291/18, datado de 05/02/2018, a Sra. Marília Alpande Lopes Ferreira, na qualidade de proprietária, de um prédio rústico situado em Cova Ladrão, freguesia de Moreiras, vem requer a junção de elementos, para cumprimento do enunciado na informação técnica datada de 26/10/2017, enviada por ofício referência N/R: 745/DGOT/2017, em 09/11/2017, no âmbito do processo n.º713/17, com vista à reposição da legalidade administrativa de uma operação urbanística, já consolidada, sujeita a licença, consubstanciada em obras de construção (**já executadas**) de um edifício destinado a habitação unifamiliar, (R/C e piso) e anexo, destinado a garagem, em área fora do perímetro de construção, em espaços agrícolas e florestais face ao PDM, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual (doravante designado por RJUE) que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

1.2 A coberto do requerimento n.º1155/18, em 06/06/2018, apresentou documentação fotográfica, nas quais se pode confirmar que os trabalhos de conclusão/acabamento da edificação principal, (consubstanciadas em pinturas em pequenos panos de fachada, detetados na vistoria) já foram concluídos.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, o prédio rústico sobre o qual recai a presente operação urbanística, composto de vinha, monte e pinhal, situa-se em Cova Ladrão, com uma área total de 24570m², da freguesia de Moreiras, descrito sob o n.º 1035/20120321, inscrito na matriz sob o artigo nº2894, natureza rústica, confronta de sul com caminho público e nas restantes confrontações com particulares, cujo sujeito ativo é Marília Alpande Lopes.-----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstanciada na realização de uma operação urbanística ilegal, isto é, sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE. conjugado com o artigo 73.º-C, sob a epígrafe Procedimento de legalização de operações urbanísticas, do RMUE.-----

3.2 Instrução do pedido e Responsabilidade-----

O pedido encontra-se instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise.-----

São apresentados os termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, da coordenação dos projetos de arquitetura e especialidades, arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do autor do levantamento topográfico atestando a conformidade com os elementos cadastrais.-----

3.3. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Regista-se que o prédio acima referido possui a área total 24570,00m², conforme CCRP e a configuração e delimitação constantes do levantamento topográfico junto. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar um edifício destinado a uma habitação unifamiliar, que se desenvolve, em dois pisos, acima da cota de soleira.-----

Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves⁽³⁾, folha nº61-A, o prédio em causa encontra-se abrangido por Espaços agrícolas e florestais (Classe 4), mas em duas categorias distintas, categoria 4.1 - espaços florestais, na sub categoria 4.1A - espaços florestais comuns e na categoria 4.3 - espaços agroflorestais, subcategoria 4.3A - espaços agroflorestais comuns. - O local não está abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública. -----

4. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----

Não houve consultas externas. -----

5. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

5.1 Caracterização-----

A operação urbanística, objeto do procedimento de legalização, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística, resultado de obras de construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 102.º-A do RJUE. -----

5.2 Quanto às regras de edificabilidade-----

È proposta uma área bruta de construção de (420,77 m² +32,42m²) e uma área de implantação de (293,53 m²+32.42m²).-----

Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, aplicam-se os parâmetros urbanísticos plasmados no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento do PDM de Chaves e posteriores alterações, doravante Regulamento.-----

A área bruta de construção proposta a legalizar é de 453,19 m², inferior à área bruta de construção máxima admissível, é a que corresponde à aplicação do $I_c = 0.05m^2/m^2$ à área do prédio, isto é, $I_c = 0.05 \times 24570m^2 = 1228,50m^2/m^2$, de acordo com a alínea b), do n.º 2, do artigo 37, do regulamento,-----

Não foi detetada a qualquer instalação agropecuária a menos de 200m do conjunto edificado, assim como cumpre o afastamento de 10m à estrema da parcela, de acordo com a alínea D), do nº 2, do artigo 37º do regulamento do PDM. -----

5.2 Quanto às infraestruturas-----

O prédio confronta de sul com caminho público.-----

Atualmente o prédio em causa não dispõe de qualquer rede de abastecimento público de água ou de saneamento, sendo que, de acordo com o disposto na memória descritiva, páginas 140 e 146 do processo, as atuais instalações são abastecidas e servidas por sistemas autónomos e da responsabilidade da interessada, conforme expresso no n.º2, do artigo 35.º do regulamento do PDM.-----

5.3 Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----

O autor do projeto solicita a dispensa do cumprimento dos requisitos de acessibilidade não tendo por esse facto apresentado o respetivo plano de acessibilidades, com enquadramento no n.º 1 do artigo 10.º do DL n.º 163/06, de 8 de agosto.-----

De acordo com declarações verbais do técnico em 08/06/2018, foi por ele referido que a casa original já era dos pais da interessada, pelo que a construção é anterior à entrada em vigor do DL nº 163/06, de 8 de agosto pelo que conforme dispõe o nº 5 do art.º 102-A do RJUE, pode ser dispensado o cumprimento das normas de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.-----

³ Publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento -----

5.4. Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

A pretensão garante o número mínimo de lugares de estacionamento, conforme prevê, a alínea b), do n.º3, do Artigo 12.º, do Regulamento do PDM em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE.-

5.5 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)--

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 20º do RJUE, está dispensada a verificação do interior da edificação.-----

6. PROPOSTA-----

6.1Em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do RMUE, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável-----

6.2De acordo com vistoria realizada em 03 de maio de 2018, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que refere que "(...) há necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar e anexo objeto de vistoria". Contudo entretanto a requerente já realizou as referidas obras, quais se comprovou por documentação fotográfica, apresentada sob requerimento n.º1155/18, em 06/06/2018, o pedido dá origem a um autorização de utilização - legalização;-----

6.3 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a). Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b). Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar e anexo, a interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

6. CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010 aplicáveis à pretensão-----

Habitação unifamiliar (áreas em m²) -----

	Habitação unifamiliar	anexo		
PISO				TOTAL
Piso 0	293,53	32,42		325,95
Piso 1	127,24			127,24
TOTAL	420,77	32,42		453,19
Cércea				
Volume		1244,50		

6.1 Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Não há lugar ao cálculo de taxas de infraestruturas urbanística, uma vez que o prédio não está infraestruturado.-----

6.2 Cálculo das taxas administrativas de licenciamento-----

As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento n.º 314/2010, referentes ao licenciamento, objeto de análise corresponde ao valor de 237,72 € (duzentos e trinta e sete Euros e setenta e dois cêntimos), conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1	64,85 €	64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	73,60 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	94,65 €	0,00 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processo referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1, por m2	32,42	1,00 €	32,42 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,85 €	0,00 €
Secção V	VISTÓRIAS			
Artigo 75.º	Outras vistorias			
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especificamente previstas	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL			237,72 €

TOTAL A PAGAR..... $\Sigma 0 \text{ €} + 237,72 \text{ €} = 237,72 \text{ €}$ -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 02.07.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de utilização, digo, do alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa (moradia unifamiliar com dois pisos e um anexo destinado a garagem).-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 06.07.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. PROPOSTA PARA CONDICIONAMENTO DO ACESSO AUTOMÓVEL, DELIMITAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO DE USO PRIVATIVO E CRIAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO DESTINADO A CARGAS E DESCARGAS – INFORMAÇÃO N.º 162/DPM/2018 – TRAVESSA CÂNDIDO DOS REIS, FREGUESIA DE SANTA MARIA

MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º GUILHERME TOMAZ DATADA DE 21.06.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I. INTRODUÇÃO-----

1.1.A presente informação/proposta visa dar resposta ao solicitado pelo Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, Senhor Abel Teixeira Peixoto, através de despacho datado de 29.05.2018, relacionado com o ponto 2.2.1 da informação técnica n.º 129 /DSH/2018 de 23 de abril que se transcreve:-----

"Remeter este assunto à Divisão de Projetos e Mobilidade, solicitando a execução das diligências necessárias à deslocação do lugar de estacionamento privativo, à delimitação dos três lugares destinados a cargas e descargas, e ao estudo de soluções para condicionamento do acesso automóvel apenas para acessos de emergência de cargas e descargas de caráter excecional, no troço do arruamento onde poderão instalar esplanadas".-----

II - ENQUADRAMENTO-----

2.1- Aspetos técnicos-----

2.1.1- Visando dar resposta ao pedido em causa, os serviços técnicos da D.P.M propõem, nos termos do "Regulamento de Sinalização e Trânsito" e do Código da Estrada" em vigor, a implementação das seguintes medidas/ações representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo: -----

- a). Remover um (1) sinal vertical de código C15 "Estacionamento proibido";-----
- b). Reposicionar o sinal vertical de código H1a "Estacionamento autorizado";-----
- c). Reposicionar o painel adicional modelo 7d com a prescrição "Faustino, Filhos & Cia. Lda.";-----
- d). Colocação de um (1) sinal Vertical H1a "Estacionamento autorizado";-----
- e). Colocação de um (1) painel adicional modelo 19b com a prescrição (Exceto cargas e descargas";-----
- f). Colocação de um (1) painel adicional modelo 10b com a prescrição (Cargas e descargas";-----
- g). Colocação de três (3) dissuasores fixos "Modelo a designar pela DSCH";-----
- h). Colocação de um (1) dissuasor retrátil "Modelo a designar pela DSCH com a prescrição - abertura das 8 às 20h - ";-----

2.1.2- Atendendo à atividade de restauração e bebidas que se desenvolve diariamente na Travessa Cândido dos Reis, estes serviços são da opinião que se deve condicionar o acesso automóvel na referida via, reservando uma faixa para o trânsito de veículos em serviço de emergência, conforme o disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro, artigos 64.º e 77.º da Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro e representação gráfica indicada nas peças desenhadas em anexo. -----

III. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima Reunião da Câmara Municipal, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente

proposta ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a). Remeter cópia da presente informação á DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, para efeitos de resposta ao pedido de pronuncia relativa ao condicionamento do acesso automóvel, delimitação de um lugar de estacionamento de uso privativo e criação de um lugar de estacionamento para cargas descargas na rua supracitada.-----

b). Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 22.06.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

À consideração superior.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.28. -----

Visto. Proceda-se em conforme preconizado nesta informação técnica infra. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 294/18 - PARVALOREM, S.A. - RUA DO CANEIRO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 14.06.2018.--

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução-----

1.1 - Localização -----

A edificação localiza-se na Rua do Caneiro, Quinta do Sotto Maior, União das Freguesias da Madalena e Samaiões, em Chaves.-----

1.2- Pretensão-----

A Parvalorem S.A. através do requerimento n.º 826/18 solicita a Legalização das obras de alteração e ampliação de um armazém efetuadas sem controlo prévio.-----

II - Antecedentes-----

O Sr. José António Correia Mesquita possui alvará de licença de obras de construção de um armazém destinado a oficina de reparação de automóveis -L.O. n.º39/85, com área de 1381,80 m2, na Rua do Caneiro, Freguesia da Madalena, agora União das Freguesias da Madalena e Samaiões, em Chaves.-----

O Sr. José António Correia Mesquita levou a efeito a ampliação da edificação com área de 1635,21 m2 sem licença de construção, tendo sido embargada conforme auto de embargo de 30/01/2002. -----

O Sr. José António Correia Mesquita, em 2004 apresenta projeto para eventual regularização da ampliação levada a efeito sem licença de construção, tendo sido proposto o indeferimento por se encontrar fora do perímetro de construção, encontrando-se em área da RAN e REN. Esta informação esteve presente em reunião do executivo a 01/03/2004, a qual deliberou indeferir a ampliação solicitada.-----

III- ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

3.1.1 - De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 294/18 - a edificação insere-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor :-----

►Parte do terreno na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

► A restante parte na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, Categoria 4.2- Espaços Agrícolas, na Sub-Categoria 4.2.B- Espaços Agrícolas Condicionados (RAN+REN). -----

3.1.2- De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 294/18 - o terreno situa-se de acordo com o extrato da Planta de Condicionantes n.º 47 A do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, e Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves, bem como na zona de servidão Aeronáutica (Aeródromo de Chaves);-----

3.1.3- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 294/18 enquadra-se no preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º e artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no n.º2 do artigo 5.º e art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

3.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 353/18, enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 5 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

IV - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 826/18 refere-se a uma Legalização, apresentando para o efeito apenas projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

V - Responsabilidade-----

O projeto de arquitetura está instruído nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, constituindo assim, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão-----

O requerente através do requerimento n.º 826/18, solicita a Legalização das obras de alteração e ampliação de um armazém efetuadas sem controlo prévio.-----

O documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial, registo n.º 126/20080807, refere matriz urbana, artigo 568, sendo o titular do prédio a PARVALOREM, S.A. com a seguinte descrição:-----

Área total = 3135,00 m2-----

Área de coberta =2826,00 m2-----

Área descoberta =309,00 m2-----

De acordo com o descrito na memória descritiva e justificativa, solicita **ainda o seguinte**:-----

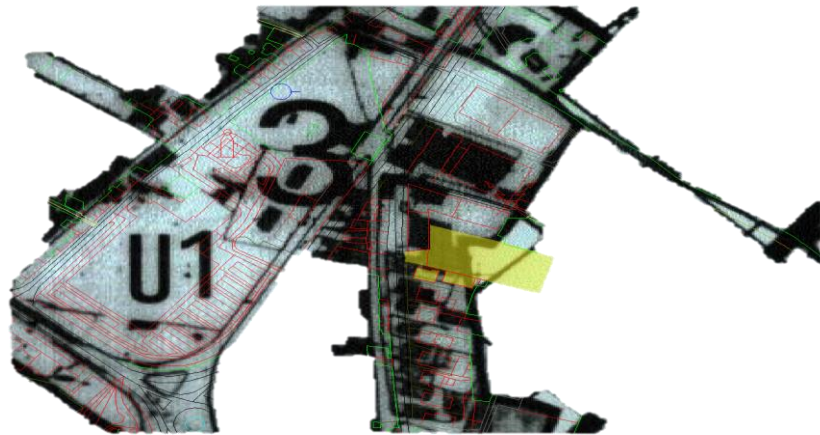
1- **Legalização do imóvel**, ficando o seu licenciamento sujeito ao ónus de demolição da parte da edificação que se incorpora no solo da RAN e REN, no caso do PDM de Chaves não vir a admitir a edificabilidade nessa parte do solo;-----

2- A conclusão de tal demolição apenas teria lugar, à luz de tal ónus constituído no âmbito de procedimento de legalização, imediatamente após a entrada em vigor do PDM revisto, e desde que o mesmo venha a dar uma resposta negativa à legalização;-----

3- Solicita ainda que o futuro proprietário possa exercer a atividade de uso de armazém nessa área que foi licenciada em 1985;-----

Consultado o alvará de licença de obras n.º 39/85, a edificação destina-se a **armazém para oficina de reparação de automóveis**, portanto o uso é **exclusivamente para este fim**. Se pretender outro fim, terá de proceder à mudança de uso.-----

Considerando que a área licenciada é a área que se encontra dentro do perímetro de construção, toda a área restante se insere em RAN, REN e Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves e em zona de servidão da Aeronáutica, face ao PDM em vigor.-----



Considerando que de acordo, com o levantamento topográfico, a área de terreno que se insere em Espaços urbanos e urbanizáveis (1381,79 m2) é inferior à área que se encontra em Espaços Agrícolas e Florestais (1753,21 m2), pelo que se aplica o disposto na alínea a) do n.º 5 do anexo n.º 1 do Reg. do PDM.-----

ANEXO N.º 1 Regras para a demarcação dos limites das classes e categorias de espaços -----

5- Os limites dos espaços pertencentes às classes 1 ou 2 poderão ainda sofrer ajustamentos por razões de cadastro de propriedade quando se tratar de situações não contempladas nos números anteriores, e desde que se cumpram as seguintes condições:-----

a) As alterações de limites terão de respeitar as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor e, em especial, as delimitações da RAN e da REN;-----

Considerando que o titular do prédio urbano, não é o mesmo proprietário do processo que se encontra nesta edilidade, **deverá proceder ao averbamento do processo em causa para o seu nome**.-----

O requerente através do requerimento n.º 1181/18, solicita a Legalização das obras de alteração e ampliação de um armazém, e que seja contemplada a demolição parcial do edifício.-----

Considerando que consta do processo uma informação sobre a possibilidade de legalização das obras levadas a efeito sem controlo prévio, emitida em 10/01/2017, na qual atesta que :-----

"1- Atendendo às razões de fato e de direitas enunciadas, conclui-se que o procedimento de legalização do imóvel em causa não é admissível no quadro legal em vigor em matéria de restrições de utilidade pública e do PDM de Chaves.-----

2- Neste contexto, só apos a entrada em vigor da revisão do PDM é que poderá ser admissível a legalização em causa e desde que seja aprovada a proposta de exclusão da parcela do prédio da requerente e que o procedimento de legalização cumpra as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, o RJUE, o RMUE e o novo Regulamento do PDM de Chaves, e outra legislação especial, decorrente de servidões administrativas e restrições de utilidade pública que impendam no local."-----

VII - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que, até à presente data, apenas foi alterado o regulamento do PDM de Chaves- publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018- em que, a alteração, incide apenas sobre algumas disposições do regulamento do plano, mantendo-se os limites de zonamento constantes das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM.-----

Considerando que o procedimento de legalização está regulado pelo artigo 102.º-A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), e só será possível se for assegurada a sua conformidade da operação urbanística em causa com as disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente o PDM e os regimes aplicáveis a áreas sujeitas a servidões ou restrições de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial.-----

Considerando que a operação urbanística que se pretende legalizar, tem enquadramento na alínea a) do artigo 2.º do RJUE, que consiste numa obra de ampliação (área de 1890,66 m2) por se tratar de obras que resultou de aumento de área de implantação, volume de construção e área total de edificação, sem o controlo prévio da administração.-----

Considerando que a edificabilidade referente ao terreno inserido na área de Reserva Agrícola e Reserva Ecológica de Chaves terá ainda, de cumprir com o preceituado no artigo 34º do regulamento do PDM-----

Artigo 34.º Usos dominantes e seus condicionamentos-----

1- Os solos integrantes desta classe não podem ser objeto de quaisquer ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades, salvo as previstas neste Regulamento e as exceções consignadas na lei geral, quando aplicáveis.-----

2- Nos espaços que integram esta classe não é permitida a realização de operações de loteamento urbano.-----

3- As áreas pertencentes a qualquer das categorias desta classe integradas na Reserva Agrícola Nacional, no aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou na Reserva Ecológica Nacional, que estão devidamente assinaladas nas plantas de ordenamento e de condicionantes, subordinam-se aos despectivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do presente Regulamento.-----

Considerando que qualquer edificação em Espaços Agrícolas Condicionados, está sujeita à autorização dos pareceres da comissão

da Reserva Agrícola (RAN), da Reserva Ecológica (REN) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da servidão da Aeronáutica.-----
Considerando que o procedimento de legalização da operação urbanística - legalização da área ampliada - não é, na presente data, suscetível de aprovação, a luz do PDM em vigor. -----

Considerando que o proponente propõe 2 situações, nomeadamente:-----

- 1- Parte do terreno que se encontra dentro do perímetro de construção, onde pretende regularizar a situação existente com área de 1381,79 m²;
- 2- Parte do terreno fora do perímetro de construção, em solo designado como Espaços Agrícolas Condicionados, onde se insere uma edificação com área de 1890,66 m² -----

Considerando que o solicitado pelo proponente, só é admissível a legalização da parte 1, estando por conseguinte obrigado a demolição da parte da edificação que se incorpora no solo da RAN e REN, parte 2.-----

►O armazém que está licenciado, é uma pré-existência nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018;-----

►Toda a área ampliada está fora do perímetro de construção, em Espaços Agrícolas Condicionados (RAN+REN), não sendo passível de ser legalizado, e de acordo com o **cronograma de trabalhos apresentado, propõe o requerente a sua demolição no prazo de 18 meses.**-----

►A parte a demolir insere-se no artigo 81.º do RJUE, constando do processo o plano de demolições;-----

O pedido formulado encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE.-----

Trata-se pois de uma edificação existente, com execução de obras, enquadrando-se assim, no n.º 2 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE, com a **emissão de licença especial de Legalização.**-----

Considerando que a demolição proposta se enquadra no preceituado no artigo 81.º do RJUE, permitindo-se a sua execução desde que seja prestada caução para reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início dos trabalhos, isto é, no caso concreto, a caução serve para repor a legalidade urbanística caso o requerente não o faça; -----

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 73.º-C do RMUE, o procedimento de legalização é sempre precedido de vistoria municipal;-----

Considerando que se trata de obras de legalização e demolição de edificação existente- licença especial de legalização-, a vistoria municipal acima referida poderá ser dispensada, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 73.º-C do RMUE, salvo melhor opinião;-----

Pelo exposto pode concluir-se o seguinte:-----

- 1- Legalização das alterações executadas na parte 1 do terreno;-----
- 2- Demolição da edificação existente na parte 2 do terreno;-----
- 3- Averbamento do processo existente e licenciado sob o n.º 39/85, para o nome do proponente;-----
- 4 - Prestação de caução nos termos do n.º 1 do artigo 81 do RJUE.-----
- 5- A licença a emitir terá a designação de Licença especial de legalização com obras de demolição;-----

VIII- Proposta de Decisão-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado

no art.º 102-A e 81.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

1- Propor a emissão da competente decisão administrativa de aprovação de **licença especial de legalização da parte 1 do terreno, e demolição da edificação existente na parte 2** do retrocitado terreno (conforme planta anexa);-----

2- Averbamento do processo existente e licenciado sob o n.º 39/85, para o novo titular do prédio, descrito no registo predial- registo n.º 126/20080807;-----

3- Prestação de caução nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do RJUE, referente à demolição da edificação existente na parte 2 do terreno; Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da ampliação do armazém destinado a comércio/serviços, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 4 e 13, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, **requerer a sua emissão de alvará de licença especial de legalização com obras de demolição**, dando cumprimento ao ponto 1 do artigo 76.º do RJUE.-----

IX- Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de uma edificação, a qual já foi objeto de cálculo de taxas aquando da emissão do alvará de licença de construção n.º 39/85, enquadra-se no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento nº 314/2010 (RLCTOU), estando isentas do cálculo das respetivas taxas de infra-estruturas urbanísticas.-----

X - Das Taxas Devidas pela Emissão de Alvará -----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE, estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves.-----

No que diz respeito às taxas de Emissão de alvará, estas terão de corresponder às taxas de emissão de alvará de licença especial de legalização e demolição, pelo que o seu calculo é :-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMIÇÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 5	Edifício destinado a industria ou armazém, por unidade de ocupação			
c)	Superior a 1000,00 m2 de área bruta de construção			216,10 €

n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	6	11,85 €	71,10 €
Artigo 70.º	Licença para realização de obras de demolição			
n.º 1	Emissão de alvará de licença (taxa geral)			38,70 €
n.º 2	Para a demolição de edificações e outras construções, ao valor referido em 1, acresce			
c)	Mais de 500,000 m2			108,10 €
n.º 3	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	18	10,80 €	194,40 €
TOTAL				693,25 €

XI - Das Taxas Devidas pelo Averbamento do processo-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 73.º do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves.-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ACTIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS			
Secção I	SERVIÇOS, DIVERSOS E COMUNS			
Artigo 1.º	Taxas a cobrar pela prestação dos seguintes serviços e a emissão dos seguintes documentos			
	Averbamento de processo ou alvarás em nome de novo			
Alínea h)	titular		15,90	15,90

Taxas administrativas	693,25 €
Taxas de Averbamento	15,90 €
Valor global da liquidação de taxas	709,15 €

XII - Caução nos termos do disposto no n.º1 do artigo 81º do RJUE

CÁLCULO DE CAUÇÃO			
NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 81.º DO RJUE			
	UN	PREÇO	VALOR
DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURA	1	12000,00	12.000,00 €
DEMOLIÇÃO DE COBERTURA	1	10000,00	10.000,00 €
DEMOLIÇÃO PAREDES	1	8000,00	8.000,00 €
DEMOLIÇÃO DE INTERIORES	1	5000,00	5.000,00 €
TRANSPORTE, REMOÇÃO E LIMPEZA DOS PRODUTOS DE DEMOLIÇÃO	1	5000,00	5.000,00 €
TOTAL		=	40000,00

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 09.07.2018:-----
Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente seja proferido competente despacho no sentido de a Câmara Municipal vir a

adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos propostos nos pontos 1, 2 e 3 do item "VIII - Proposta de Decisão" deste documento.-
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 09.07.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 16/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 16/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 8.300,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €8.300,00 (Oito mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-

1.2. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 17/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 17/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 28.139,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €28.139,50 (Vinte e Oito mil, cento e trinta e nove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 18/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 18/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 40.102,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €40.102,50 (Quarenta mil, cento e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

**VII
EXPROPRIAÇÕES**

**VIII
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

**IX
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XI
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1. REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LEI Nº 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO Nº 108/DRHAS/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Na sequência da informação nº 63/2018, de 11 de abril, produzida pela Divisão de Recursos Humanos e Ação Social, a qual se anexa à presente

informação, veio a mesma a estabelecer diretrizes no sentido de todos os dirigentes Municipais se pronunciarem, no âmbito da regularização extraordinária dos vínculos precários, de acordo com o estabelecido na Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro. -----

Assim, os dirigentes Municipais, enviaram para estes serviços informação dos colaboradores que exerciam funções no Departamento/Divisões, os quais constam do processo de regularização dos Vínculos Precários, existentes neste Município. -----

A Lei acima elencada, refere-se às pessoas que tenham exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional das carreiras previstas na Lei nº 35/2014, de 20 de junho. -----

II - Fundamentação -----

1.Neste sentido, feito o levantamento por parte da DRHAS de todos os trabalhadores com possíveis vínculos precários, foi o mesmo enviado para todos os dirigentes Municipais, para se pronunciarem sobre a situação jurídico laboral dos colaboradores afetos, funcionalmente, às respectivas unidades orgânicas municipais, tendo em vista o seu enquadramento legal, face ao regime legal, em vigor, de regularização de Vínculos Precários. -----

2.Assim, os dirigentes que tinham colaboradores, afetos às respectivas unidades orgânicas, em regime de contratos de tarefa, avença, CEI e CEI+, pronunciaram-se, sobre a situação, individual e concreta, dos mesmos, em vista à determinação efetiva do seu enquadramento, face ao quadro legal aplicável em matéria de regularização. -----

3.As fundamentações em causa, foram enviadas, pelos respectivos Dirigentes, para esta Divisão. -----

4.Neste contexto, analisando a latitude de todas as informações produzidas, sobre a matéria, pelos respectivos Dirigentes Municipais, verificou-se que os colaboradores, em causa, não reuniam os critérios estabelecidos na Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro⁴; -----

5.Assim sendo, como se referiu anteriormente, foi analisada a situação atual e o exercício de funções, mais precisamente, as situações existentes em qualquer momento do período compreendido, entre 1 de janeiro de 2017 a 4 de maio de 2017. -----

6.Sublinhe-se que, o Município não tem qualquer contrato a termo certo ou incerto, celebrado no período temporal acima referido. -----

7.No caso dos contratos de prestação de serviços, foram apreciados, dois elementos fundamentais, a saber: -----

-Se o colaborador exerce as funções correspondentes, sem dependência de poderes de direção e disciplina; -----

-E sem horário de trabalho, na autarquia. -----

8.Partindo de tais premissas, concluiu-se que os contratos existentes são adequados ao exercício de funções, não sendo subsumíveis ao regime legal de regularização de vínculos precários. -----

9.Por outro lado, partindo da análise das informações proferidas, sobre a matéria, pelos Dirigentes Municipais, os trabalhadores abrangidos, pelos programas mencionados, no anterior ponto nº 2, não asseguram funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das respetivas chefias, tudo conforme comunicações, oportunamente, enviadas para esta Divisão Municipal - DRHAS. -----

10.Por ultimo, depois de toda a informação compilada e, acima, referida no processo administrativo atinente à "Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública", o mesmo deve ser

⁴ todas as fundamentações encontram-se no respetivo dossier, Regularização de Vínculos Precários. -----

sancionado, pelo órgão executivo municipal, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 3º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Todo o processo administrativo deve ser encaminhado, para o Diretor de Departamento de Coordenação Geral, tendo em vista o seu sancionamento técnico; -----

b) Posteriormente, obtida tal pronúncia técnica, sobre a matéria, pelo Sr. Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado, o mesmo deve ser encaminhado para o Gabinete de Apoio à Presidência, em vista à necessária ponderação, sobre o agendamento deste assunto, para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, a luz da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro; -----

c) A deliberação camarária que vier a ser praticada, sobre a matéria, dever-se-á traduzir no reconhecimento, por parte do aludido órgão administrativo, da inexistência, no quadro jurídico - laboral da Autarquia, de colaboradores abrangidos, pelo programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, consagrado na Lei nº 112/2017 de 29 de dezembro. -----

À consideração superior -----

Chaves, 25 de junho de 2018 -----

A Chefe de Recursos Humanos e Ação Social -----

Paula Cabugueira -----

Em anexo: Processo de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.05. -----

Visto. Concorro com a estratégia procedimental desenvolvida nesta informação técnica, e, em concordância, deverá este assunto ser agendado para a próxima reunião do Executivo Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 05-FC-74, PROPRIEDADE DE ANTÓNIO MANUEL RUA DOS REIS. INFORMAÇÃO N.º 02/SA/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento informação nº 72/2018, da Unidade Flexível de 2º Grau de Recursos Operacionais, datada de 27 de junho de 2018, na qual é responsabilizado o Município pelos danos causados na viatura 05-FC-74, propriedade de António Manuel Rua dos Reis, provocados pela projeção de pedras, quando se procedia ao serviço de limpeza/corte de ervas com a motorroçadora, na Alameda do Tabolado.-----

Feitas as diligências necessárias pela Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 131,86€ (cento e trinta e um euros e oitenta e seis cêntimos).-----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250€ (duzentos e cinquenta euros). -----

Assim, o Município deverá liquidar diretamente ao lesado o valor de 131,86€ (cento e trinta e um euro e oitenta e seis cêntimos).-----

Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento nº 1322/2018 e do compromisso nº 1740/2018.-----

Chaves, 03 de julho de 2018-----

A assistente técnica-----

(Em anexo respetivo processo)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.07.03 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.05. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. CONSORTIUM INDEPENDENTE DE MARKETING "ROMAN THERMAL SPAS OF EUROPE": - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL PROVISÓRIO DE ATIVIDADES DE MARKETING & COMUNICAÇÃO DO ANO DE 2017. - QUOTA ANUAL PARA 2018. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 56/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Antecedentes e justificação -----

O Município de Chaves integrou, na qualidade de membro fundador em 12.06.2014, o projeto cofinanciado pela União Europeia denominado "Roman Thermal SPAS of Europe", até à sua conclusão em 31.01.2016. --

O projeto transitou para a Fundação de uma Cooperação Independente, a partir de 01.02.2016, cuja assinatura de declaração de adesão, por parte do Município de Chaves a 30.11.2015, foi efetivada em reunião de consórcio do projeto que teve lugar em Budapeste. -----

A adesão a esta cooperação permitiu alavancar a promoção externa termal, num mundo cada vez mais global, em mercados internacionais, conforme consta do plano anual de atividades de marketing e comunicação desenvolvidas ao longo de 2017, que se anexa. -----

Importa, contudo, destacar que o plano de ações e orçamento para o ano de 2017, que se anexa, apresentado e aprovado em reunião anual do Consortium, ocorrida em novembro de 2016, em Badenweiler, não foi cumprido na íntegra, após confronto com o relatório anual do ano económico de 2017, apresentado pelo consultor do projeto, através de email datado de 12/04/2018. -----

Após apreciação aos documentos supracitados destacam-se os seguintes aspetos essenciais a considerar: -----

1. Plano de Ações de Marketing & Comunicação 2017 (apresentado em novembro 2016): -----

- 1.1. Integração de novos membros e de novos parceiros dos destinos associados; -----
- 1.2. Pedido de novo financiamento à União Europeia; -----
- 1.3. Realização da reunião anual, em local a definir, em dezembro de 2017, para apresentação e aprovação de contas, bem como apresentação do plano de atividades para o ano de 2018; -----
- 1.4. A EHTTA (European Historical Thermal Town Association) passou a operar ao mesmo nível do Roman Thermal SPAS of Europe, na cooperação de marketing; -----
- 1.5. O orçamento apresentado, pressupõe a existência de 12 destinos membros, orçado no valor global de 43.500,00 € (quarenta e três mil e quinhentos euros), contemplando o desenvolvimento de atividades programadas em função do orçamento disponível, conforme resulta da informação infra: -----

Quadro 1 -----

Budget 2017 (optimistic, but realistic scenario)



Income		Spending	
Badenweiler	3.700,00 €	ITB 2017	2.000,00 €
Chaves	3.000,00 €	USTOA 2017 Membership	800,00 €
Dax	3.000,00 €	2nd Overseas Project Project (China? – Japan?)	5.000,00 €
Kyustendil	5.000,00 €	PR: Online - Offline	10.000,00 €
Varna	5.000,00 €	Management (12 % of budget)	5.520,00 €
Aidypsos	3.000,00 €	FIT Reisen	2.780,00 €
Hungary/Budapest	3.700,00 €	Annual Conference	1.000,00 €
Heviz	3.700,00 €	Quality Assurance New Destinations	4.500,00 €
Sao Pedro do Sul	3.000,00 €	Other - tbd	12.900,00 €
Lugo	3.000,00 €	Total	43.500,00 €
Italian Destination	3.700,00 €		
2nd German Destination	3.700,00 €		
Total	43.500,00 €		

2. Relatório das atividades anuais desenvolvidas em 2017: -----
- 2.1. A cooperação tem, atualmente, 5 membros ativos associados: Aidypsos, Badenweiler, Budapest, Chaves e Kyustendil; -----
- 2.2. Os restantes membros são considerados passivos (apresentados mas não promovidos); -----
- 2.3. Dax não pagou a quota do ano de 2017, sem qualquer explicação sendo oficialmente excluído no verão de 2018; -----
- 2.4. São Pedro do Sul não integrou formalmente a Cooperação; -----
- 2.5. A agência de Turismo da Hungria e a Associação Francesa comprometeram-se a identificar novos membros para integrar a Cooperação em 2018; -----
- 2.6. Vrnjacka Banja e a Sérvia manifestaram intenção de integrar a Cooperação; -----
- 2.7. Planeado uma conferência dos membros associados para outubro; --
- 2.8. A execução orçamental do ano de 2017, que não consta do relatório disponibilizado, mas que veio a ser remetida por email, após solicitação, no dia de hoje, a título confidencial, por não ter sido apresentada aos demais membros, posterior é a seguinte: -----

Quadro 2 -----

Roman Thermal Spas of Europe

Budget 2017

Budget 2017 Spendings	€
Visit EU Commission Brussels	124,40 €
Print Materials	343,83 €
Workshops in Destinations	940,85 €
Marketing US	4.070,14 €
Workshop/Meetings with Chinese Tour Operator	424,61 €
SPA-CE Trade Meeting/Presentation	1.840,24 €
Administration (Accounting, Bank fees, etc.)	319,72
Sum non-personnal costs	8.063,79 €
Personnal Costs (Payment postponed to June 2018)	6.000,00 €
Summ Annual Budget	14.063,79 €

Budget 2017 Income	Actual Sum	Status
Aidipsos	0	Not Paid
Badenweiler	3700	OK
Budapest	0	Not Paid
Chaves	3000	OK
Dax	0	Not Paid
Kyustendil*	4300	OK
Available Budget 2017	11000	

*Kyustendil actually paid € 4.300 incl. A Fee to be transferred to FIT Reisen for a catalogue entry

A referida Cooperação Internacional do "Roman Thermal SPAS of Europe" tem como gestor a EuropeSpa med & wellness GmbH., tendo sido realizada uma auditoria financeira aos anos de 2016 e 2017, que teve lugar a 5 de abril de 2018, com ambos os balanços aprovados. ----- Segundo informação prestada, o relatório integral será apresentado, pelo gestor, na próxima conferência de membros associados, de acordo com o constante no plano em anexo, no que concerne à execução financeira. -----

Da análise ao plano de atividades proposto para o exercício económico de 2017, confrontado com o relatório, provisório, apresentado verifica-se o seguinte: -----

1. Dos 12 membros previstos para integrarem o Consortium do Roman Thermal SPAS of Europe, no ano de 2017, apenas estão ativos 5 membros (Aidypsos, Badenweiler, Budapest, Chaves e Kyustendil), conforme resulta do quadro 1; -----

2. Dos 5 membros ativos, apenas 3 membros procederam ao pagamento da respetiva quota anual, respeitante ao ano de 2017 (Badenweiler, Chaves, Kyustendil), conforme resulta do quadro 2; -----

3. Apurou-se que o montante pago por Kyustendil incluiu uma verba a transferir para "FIT Reisen" para uma entrada no catálogo; -----

4. O orçamento apresentado, com gastos, no ano de 2017, discriminado no quadro 2, cifrou-se em 14.063,79 € (quatorze mil e sessenta e três euros e setenta e nove cêntimos), muito aquém do valor apresentado em 2016, aquando da aprovação do plano e de orçamento; -----

5. O valor global de receita, constante do quadro 2, proveniente das quotas dos membros, é de 11.000,00€ (onze mil euros), muito distante do valor estimado de 43.500,00€ (quarenta e três mil e quinhentos euros), apresentado no quadro 1; -----

6. As atividades e ações programadas ficaram comprometidas dada a falta de disponibilidade financeira, conforme consta do relatório provisório enviado, resultante do não pagamento das quotas dos

membros, saída de destinos associados e inexistência de novas incorporações de destinos, conforme previsto; -----

7. Não foi realizada a conferência anual, prevista para dezembro de 2017, tendente à apresentação do plano de atividades para 2018 e aprovação das contas de 2017. -----

Na qualidade de parceiro, o Município de Chaves, de acordo com o plano de investimentos aprovado na reunião havida em dezembro de 2015 em Budapeste, enquanto se mantiver como membro associado, deverá proceder ao pagamento da quota anual no valor de 3.000,00 € (três mil euros), à semelhança dos pagamentos já efetivados nos anos transatos. -----

II. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a ponderação da seguinte estratégia: -----

a) Na sequência da apreciação ao plano de atividades apresentado e aprovado, em novembro de 2016, e do relatório provisório de atividades de marketing e comunicação de 2017, consubstanciada nos documentos em anexo e do enquadramento supra, coloco à consideração superior da estrutura política municipal a apreciação quanto ao mérito do projeto e eventual desvinculação do Município de Chaves como membro associado do Consortium Independente de Marketing do Roman Thermal SPAS of Europe;

b) Havendo uma pronúncia favorável à eventual desvinculação do Roman Thermal SPAS of Europe, deverão ser adotadas as seguintes medidas: --

a. A decisão administrativa que vier a ser praticada deverá ser sancionada pelo órgão executivo municipal, atendendo à panóplia de competências previstas no artigo 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

b. Não proceder ao pagamento da quota anual para o ano de 2018; ---

c. Sequencialmente, caso a proposta apresentada venha a ser objeto de decisão favorável, venha a ser notificado o gestor do projeto, EuropeSpa med & wellness GmbH, do teor da decisão que vier a ser praticada. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 04 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

(Filipa Leite) -----

Anexos: -----

Plano de Atividades de Marketing & Comunicação 2017; -----

Relatório Provisório de Atividades 2017; -----

Quota anual ano de 2018 -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.06. -----

Visto. Proceda-se conforme preconizado nesta informação técnica. À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. GESTÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. - ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS QUE DEIXARAM DE ESTAR AFECTOS A ESCOLAS DE 1º CICLO, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL. - DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA N.º 53/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ANTECEDENTES -----

1. Ao longo dos anos e mediante a publicação de diversa legislação, entre ela o Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março, o Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de Dezembro e o Decreto-Lei nº 101/86, de 17 de Maio, a administração central transferiu para os municípios diversos equipamentos - imóveis - da rede educativa, designadamente escolas do 1º ciclo (anteriormente denominadas Escolas Primárias), jardins-de-infância, antigas Escolas de Magistério e refeitórios. -----

2. As diferentes opções do Ministério da Educação na execução da sua política educativa conduziram a que vários edifícios que estavam afectos ao ensino deixassem de ser utilizados nessa afetação pública, situação que se verifica em várias freguesias deste Concelho, e em particular, nas localidades de Lagarelhos, Seixo, Matosinhos e France.-----

II - JUSTIFICAÇÃO -----

1. Considerando que os imóveis, primitivamente, destinados a antigas escolas primárias, há já algum tempo, encontram-se, na presente data, desativados, não se prevendo, no futuro, que venha a surgir a necessidade de as mesmas poderem ser utilizadas, no âmbito da atividade municipal, nomeadamente com a instalação de serviços públicos municipais; -----

2. Considerando, também, que, na presente data, existem potenciais interessados na aquisição dos referidos imóveis, evitando-se assim a sua degradação. -----

3. O valor base da venda dos imóveis deverá ser fixado, de acordo com o valor patrimonial tributário, constante nas cadernetas prediais, em anexo à presente proposta, em vista à sua aprovação. -----

4. Tendo em vista a conquista de tal objetivo, o Município de Chaves deve colocar no mercado imobiliário os prédios urbanos identificados no quadro sinóptico infra, a fim de proceder à sua venda, mediante procedimento público prévio à contratação, na modalidade de hasta pública, assegurando a transparência do procedimento bem como o alargamento do universo de potenciais interessados: -----

Quadro de Identificação dos Imóveis -----

Escolas	Freguesia	Área (m²)	Artigo Matricial	Desc. Conservatória
Lagarelhos	S. Pedro de Agostém	1.530,00	U-896º	2972/20100906
Seixo	Loivos e Póvoa de Agrações	1.106,00	U-994º	948/20100929
Matosinhos	Santa Leocádia	1.276,00	U-559	1047/20100906
France	Moreiras	5.074,00	U-368	826/20100906

III - CONDIÇÕES DE ALIENAÇÃO -----

1. O valor base da venda assentando, nas cadernetas prediais, dos referidos prédios, em anexo à presente proposta, deverá ser fixado nos seguintes valores: -----

Escolas	Valores
Lagarelhos	€ 29.662,73
Seixo	€ 7.477,54

Matosinhos	€ 30.695,45
France	€ 18.619,73

2. A venda será realizada nas condições em que os imóveis se encontram, ficando o aproveitamento urbanístico dos referidos imóveis sujeito às normas do respetivo instrumento de ordenamento do território em vigor - Plano Director Municipal -. -----

IV - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com as razões de facto acima invocadas e ao abrigo das competências materiais cometidas ao Órgão Executivo Municipal, e em conformidade com o disposto, sobre a matéria, na alínea g) do nº1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a alienação dos seguintes prédios urbanos - Antigas Escolas Primárias -, integradas na esfera patrimonial privada do Município: -----

Escolas	Freguesia	Área (m²)	Artigo Matricial	Desc. Conservatória
Lagarelhos	S. Pedro de Agostém	1.530,00	U-896º	2972/20100906
Seixo	Loivos e Póvoa de Agrações	1.106,00	U-994º	948/20100929
Matosinhos	Santa Leocádia	1.276,00	U-559	1047/20100906
France	Moreiras	5.074,00	U-368	826/20100906

b) Que a alienação dos prédios urbanos supra seja efectuada mediante procedimento prévio à contratação, na modalidade de hasta pública, tendo, para o efeito, por base de licitação os seguintes valores: ---

Escolas	Valores
Lagarelhos	€ 29.662,73
Seixo	€ 7.477,54
Matosinhos	€ 30.695,45
France	€ 18.619,73

c) Que, para efeitos de concretização do procedimento de hasta pública, sejam, simultaneamente, aprovados os respectivos documentos disciplinadores do procedimento, em anexo, a saber: -----

C.1. - Minuta de edital; -----

C.2. - Normas de procedimento pré-contratual tendente à adjudicação do direito de propriedade dos imóveis e respectivos anexos; Devendo o edital ser publicitado no sítio da internet do Município, num jornal local, bem como nos locais próprios quer da Câmara Municipal, quer das referidas freguesias, e, ainda, nos respetivos imóveis; -----

d) Que seja designada a comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento administrativo de hasta pública, para adjudicação do direito de propriedade dos prédios em causa, com a seguinte constituição: -----

Presidente: Dr. Marcelo Delgado -----

1º Vogal Efetivo: Dra. Cristina Rodrigues -----
 2º Vogal Efetivo: Dr. Marcos Barroco -----
 Vogais suplentes: Dra. Sandra Lisboa e Dra. Márcia Santos. -----
(Na ausência ou impedimento do presidente, o mesmo será substituído pelo primeiro vogal efetivo); -----

e) Caso seja autorizada a alienação dos imóveis supra identificados, nos termos e nas condições acima exaradas, bem como dos documentos em anexo à presente proposta, que fique desde já o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal legitimado a outorgar, em nome do Município, os contratos-promessa e respetivas escrituras, títulos esses que deverão ser lavrados junto do cartório privativo municipal; -----

f) Que as receitas provenientes da alienação fiquem domiciliadas na rubrica económica de receita de capital "Vendas de Bens de Investimento"; -----

g) Sendo certo, por fim, que competindo à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, ao abrigo das competências que lhe são confiadas pela alínea i), do nº1, do Artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o RMMG⁵, fixando as respetivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, face aos valores propostos para a alienação de cada imóvel, a presente proposta não carece de apreciação e fiscalização do órgão deliberativo municipal. -----

Chaves, 06 de julho de 2018. -----

O Presidente da Câmara -----
 (Nuno Vaz) -----

Em anexo: -----

- Relatórios de Avaliação; -----

- Minuta de edital; -----

- Normas de Procedimento Pré-contratual tendente à Adjudicação do Direito de Propriedade dos Imóveis e respectivos anexos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. A.F.T.A.D - ASSOCIAÇÃO FLOR DO TÂMEGA PARA APOIO A DEFICIENTES/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 35/DGF/ 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando que, mediante ofício, de 17/01/2018, veio a ser notificado a Associação A.F.T.A.D.", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, num total de 374,85€, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos; -----

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

3. Considerando que, a "A.F.T.A.D", veio, mediante comunicação datada de 05/05/2018 manifestar vontade em promover a regularização

⁵ Para o corrente ano tal valor encontra-se fixado em € 580.000,00.--

do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, em 4 (quatro) prestações, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

II - Estratégia a adotar: -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pela "A.F.T.A.D.", num valor total atual, de **374,85€**, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em 4 (quatro) prestações mensais, a liquidar até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida, acrescido de juros de mora vencidos que devem ser regularizados no momento do pagamento da última prestação. -----

b) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações; -----

c) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

d) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação à **A.F.T.A.D - Associação Flor do Tâmega para apoio a deficientes**, para conhecimento. -----

Chaves, 05 de julho de 2018 -----

A Chefe de Divisão Financeira -----

(Dr.^a Márcia Santos) -----

Anexo: listagem de valores em dívida -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. 8ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº36/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental ", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. -----

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde

à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação; ---

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

a) Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial - 2018:

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

b) Em cada modificação orçamental/execução periódica: -----

08/06/2018						
LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro						
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais						
REGRAS ORÇAMENTAIS						
Artigo 40º						
					Valor	Validação
Receita Corrente bruta cobrada					12 156 310,43 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga					8 753 735,32 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo					2 940 158,86 €	
Apuramento do saldo corrente						
Receita corrente cobrada (1)					12 156 310,43 €	Situação de Cumprimento
Despesas corrente paga (2)					8 753 735,32 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)					3 402 575,11 €	
Amortizações previstas (4)					3 088 789,08 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)					313 786,03 €	
Total das receitas correntes totais (6)					12 156 310,43 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%					607 815,52 €	

Chaves, 05 de julho de 2018 -----
A Chefe de Divisão de Gestão Financeira -----
(Márcia Santos, Dra.) -----
Anexo: Mapa da 8ª Modificação aos Documentos Previsionais 2018 -----
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.09. -----
À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do

Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações,
com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião
quando eram onze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a
presente ata, e eu, Paulo Jorge Ferreira da Silva, redigi e vou
assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50
000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. -----

ⁱⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a €
50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. ----

ⁱⁱⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a €
50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. ----